

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**PELOS OLHOS DAS CRIANÇAS: UMA ETNOGRAFIA DA
FAVELA DO GONZAGA**

Patrícia dos Santos Begnami

**SÃO CARLOS
2008**

**PELOS OLHOS DAS CRIANÇAS: UMA ETNOGRAFIA DA
FAVELA DO GONZAGA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**PELOS OLHOS DAS CRIANÇAS: UMA ETNOGRAFIA DA
FAVELA DO GONZAGA**

Patrícia dos Santos Begnami

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós – Graduação em
Antropologia Social da Universidade
Federal de São Carlos, como parte
dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Antropologia
Social.**

**Orientador: Luiz Henrique de
Toledo.**

**SÃO CARLOS
2008**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B417po

Begnami, Patrícia dos Santos.

Pelos olhos das crianças : uma etnografia da favela do
Gonzaga / Patrícia dos Santos Begnami. -- São Carlos :
UFSCar, 2009.

90 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2008.

1. Antropologia urbana. 2. Periferia urbana. 3. Favelas. 4.
Crianças. 5. Sociabilidade. I. Título.

CDD: 307.76 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas@power.ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Patrícia deos Santos Begnami

12/03/2008

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida
Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

Aos meus pais, Paulo e Ana Luiza.

Agradecimentos

Para iniciar e concluir esse trabalho foi preciso apoio e paciência de muitas pessoas as quais gostaria de agradecer. Em primeiro lugar, agradecer ao Kike, meu orientador, por me dar apoio e respaldo necessário sempre que precisei e mais, por acreditar em mim e em meu trabalho. E agradecer também a FAPESP por ter acreditado em meu projeto e por tornar essa pesquisa viável.

Gostaria de agradecer aos responsáveis pelo meu ingresso em uma Universidade como esta, meu pai Paulo e minha mãe Ana Luiza, que sempre me deram total apoio em todos os momentos de minha vida, que sempre lutaram muito para me dar uma boa formação e educação e que estavam sempre dispostos a conversar sobre qualquer coisa que eu precisasse. Pai, mãe, meu muito obrigada a vocês. Agradecer minhas irmãs Débora e Isabela pelo amor e pelo carinho e me desculpar por minhas faltas. Queria agradecer também meus padrinhos, tio Iko e tia Terezinha e minhas primas Dai, Dani e meu primo Caju.

Agradecer minhas amigas de Araras por todo o carinho e interesse em minha pesquisa, em especial a Fernanda que esteve muito presente me dando apoio, força e entendendo minha ausência.

Agradeço o pessoal de São Carlos que são muitas pessoas, sendo difícil mencionar um por um. Aos meus amigos de mestrado, Cláudia, Juliana, Delega, Victor Hugo, uma turma especial, deixo meus sinceros agradecimentos e um grande beijo a todos. Sou grata a “Mansão Wayne” onde fiz sinceras amizades que levarei para toda a vida. Queria agradecer aos meus amados amigos Lucila, Marina e Júnior por tudo que passamos juntos, momentos que com certeza ficarão guardados para sempre!

Agradecer a todos os professores que sempre foram muito acessíveis, dispostos a conversar e ensinar e que de forma ou outra me auxiliaram nesse trabalho.

Por fim, agradecer as crianças do Gonzaga que tornaram possível meu acesso ao bairro e pelas quais desenvolvi grande afeto. Obrigada!

“Viver é algo muito perigoso” (Guimarães Rosa)

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo ampliar e aprofundar a análise sobre periferia, tomando como objeto de estudos a favela do Gonzaga, localizada na cidade de São

Carlos, interior do estado de São Paulo, bairro estigmatizado pela população são-carlense, que o vê como um “bairro problema”, local em que reside a maioria dos criminosos que atuam na cidade, pois é um dos bairros que abriga a população de baixa renda. Através da etnografia focalizada num estudo de caso, a favela do Gonzaga, problematizei a relação co-extensiva entre dois universos geracionais: o adulto e o infantil, investigando a sociabilidade no bairro, tomando como objetos de análise, a rua, a relação entre as crianças, a relação das crianças com os pais e com a parentela. Em suma, investiguei através da pesquisa de campo, da observação participante, da etnografia como as crianças estão comprometidas com a configuração e a rede de práticas sociais no bairro e como isso está representado e reproduzido no comportamento e na sociabilidade infantil e nas suas práticas lúdicas. Nesse trabalho de pesquisa as crianças ocuparam lugar central, por isso o texto é a partir do ponto de vista das crianças, elas são interlocutoras da pesquisa. Dessa forma, as crianças foram tratadas como sujeitos capazes de representar e significar suas experiências, como atores e agentes sociais que significam e não apenas resignificam seu mundo social, que apreendem o mundo e o representam a sua maneira. Enfim, essa pesquisa mostra como as crianças da favela do Gonzaga representam e significam o bairro em que vivem e, através das crianças conhecemos a experiência de vida daquelas pessoas que moram em periferias ou em favelas que é diferente daquela veiculada por meio da mídia ou de jornais, que não percebem a multiplicidade de sujeitos que moram nesses bairros.

Palavras-chave: antropologia urbana, periferia, favela do Gonzaga, crianças, sociabilidade, universos geracionais.

ABSTRACT

This research had the objective to enlarge and to deepen the suburb analysis, using as an object the Gonzaga shantytown, located in São Carlos, in the countryside of

the state of São Paulo, and a neighborhood spotted by the population of the city as a troubled one, and the home of most of the criminals operating in the city, since it's one of the neighborhoods where most inhabitants have low incomes. Through the ethnography focused on the study of a case, the Gonzaga shantytown, I have revised the co-extensive relation between two generation universes: the adult and the infantile, investigating the sociability in the neighborhood, using as objects, the street, the relationships among the children, and also the relationships between the children, their parents and their relatives. In sum, I have investigated through the field research, the participating observation, the ethnography as the children are committed with the configuration, and the net of social activities in the neighborhood and how all that is represented and portrayed in the children's behavior and sociability, as much as in their ludic activities. In this research, the main role is played by the children, therefore the text was built from the children's point of view; they are interlocutors. Thus, the children were treated as subjects, capable of representing and signifying their own experiences, as actors and social agents that signify, and not merely re-signify their social environment, and that perceive the world and represent it in their own way. At last, this research shows how the Gonzaga shantytown's children represent and signify the neighborhood where they live in, and, because of the children, we are able to know the life experience of those who live in the suburbs or in shantytowns, which is different than the one presented by the tv channels and the newspapers, medias that do not realize the diversity of inhabitants in these neighborhoods.

Key words: urban anthropology, suburb, Gonzaga shantytown, children, sociability, generation universes.

ÍNDICE

Introdução.....	11
Capítulo 1 – Opções teóricas e Metodológicas.....	14
1. Pesquisa de campo e observação participante.....	14
1.1 “Os estabelecidos e os outsiders” (Elias – Scotson).....	15
1.2 Observação participante: problemas e perspectivas.....	18
2. A infância e a crianças nas Ciências Sociais.....	23
Capítulo 2 – O acesso ao bairro.....	28
1. Características gerais.....	28
2. Trajetórias de uma aproximação indireta.....	33
2.1 O universo do bairro visto pelo “de fora” e pelo “de dentro”.....	36
Capítulo 3 – A favela do Gonzaga.....	41
1. Um bairro periférico.....	41
2. O universo das crianças.....	44
2.1 O cotidiano das crianças.....	50
2.2 Brincar como antigamente.....	57
3. O contato com os moradores.....	63
4. Intervenções municipais voltadas para crianças e adolescentes.....	69
5. O tráfico de drogas e suas relações.....	72
6. As invasões policiais.....	76
Considerações finais.....	80
Referências bibliográficas.....	83

INTRODUÇÃO

Nesse primeiro momento demonstrarei como o texto foi construído, oferecendo um plano geral da dissertação. Ressalto que utilizo a primeira pessoa do singular devido ao meu posicionamento em alguns momentos da interlocução.

Essa pesquisa é o resultado de duas pesquisas desenvolvidas no Gonzaga, caracterizado por ser um bairro de periferia, localizado na cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo. As pesquisas foram: “A experiência da infância e da juventude no Jardim Gonzaga: práticas de lazer e sociabilidade num bairro periférico de São Carlos¹” e “Gerações em conflito: análise antropológica da sociabilidade num bairro de periferia²”, ambas orientadas pelo professor Dr. Luiz Henrique de Toledo. A primeira pesquisa teve como propósito contribuir para uma discussão mais ampliada dos significados que encerram a participação de determinados grupos etários denominados “infanto-juvenis” no domínio público e estudar o lazer, a sociabilidade e como se apropriam dos espaços urbanos.

Já na segunda pesquisa desenvolvi uma etnografia focalizada num estudo de caso, o bairro Gonzaga, problematizando a relação co-extensiva entre dois universos geracionais: o adulto e o infantil. Investigando a sociabilidade no bairro, tomando como objetos de análise, a rua, a relação entre as crianças, a relação das crianças com os pais e com a parentela. Em suma, investiguei através da etnografia como as crianças se comprometem com a configuração social do bairro e como isso está representado e reproduzido no comportamento e na sociabilidade infantil em circunstâncias definidas por práticas lúdicas.

Um dos objetivos que havia proposto para esse trabalho era caracterizar a maneira como o Gonzaga era visto e representado pela cidade de São Carlos, isso porque a imagem construída do bairro vem dos índices estatísticos, do senso comum e da mídia local, que acentua a miséria, a pobreza, os perigos, a carência de recursos. Porém, depois de participar de alguns congressos, em especial da 31ª ANPOCS em que apresentei trabalho no Seminário Temático 14, “Do ponto de vista das crianças:

¹ Essa pesquisa resultou na produção da monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos e contou com o apoio da PIBIC/CNPq no período de agosto de 2004 a julho de 2005.

² Essa pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos que resultou nessa dissertação de mestrado e contou com o apoio da Fapesp de abril de 2006 a março de 2008.

pesquisas recentes em Ciências Sociais”, coordenado por Clarice Cohn e Antonella Tassinari, as coordenadoras me chamaram atenção para a centralidade das crianças em minha pesquisa, que de certa forma reconduziram meu trabalho, pois elas apareciam em todos os momentos da pesquisa e lançaram o desafio para que eu fizesse uma etnografia do bairro através desse ponto de vista em específico.

Abordagem reforçada no exame de qualificação após dialogar com o professor Jorge Mattar Villela³, que também via no material etnográfico sistematizado um maior rendimento analítico se pensasse o bairro destacando o ponto de vista das crianças que, como mencionei, foram centrais em minhas pesquisas. Ver assim como as crianças representavam e significavam o bairro, dialogando com o mundo do(s) “outro(s)” que elas próprias constroem para si transformou-se em novo desafio. Isso me levou ao menos tentar não reificar fenômeno, como o da pobreza quando se refere ao Gonzaga, utilizando esse termo apenas para dialogar com os dados estatísticos que o tomam como variável e indicador social.

Assim, não pretendo reforçar o ponto de vista de como as pessoas vêm ou representam periferias, mas dialogar com o “olhar” das crianças que moram em uma periferia específica, trazendo tal experiência não por meio da mídia ou de jornais, que pouco ou nada acrescentam sobre a multiplicidade dos sujeitos que ali residem. Dessa forma, as crianças foram tratadas aqui como sujeitos capazes de representar e significar suas experiências, como atores e agentes sociais que significam e não apenas resignificam seu mundo social, que apreendem e representam o seu universo de relações à sua maneira. Nesse texto foi dada prioridade para as relações que as crianças estabelecem entre si, com o bairro e com os outros moradores, pois elas trocam, partilham e circulam, nesse contexto, ativamente pela rede social. Enfim, as crianças foram as interlocutoras, as parceiras dessa pesquisa, mostrando assim suas capacidades de agência⁴. Adianto, portanto, que ao se estudar crianças, o contexto sócio cultural é muito importante, pois a infância não pode ser tomada como uma categoria única. (COHN, 2005). Ressalto também que os métodos consagrados pela disciplina, tais como a observação etnográfica, são perfeitamente adequados ao estudo das crianças.

³ O professor Jorge foi minha banca na qualificação de mestrado, leu cuidadosamente meu trabalho, fez críticas e muitas sugestões que procurei responder nesse trabalho. Ele me auxiliou muito nessa mudança de foco do trabalho, indicando diversos textos para me suscitar idéias, embora ele não seja responsável pelos possíveis erros que aqui cometi.

⁴ No capítulo 1 há um tópico que explica como as crianças foram e são estudadas e tratadas nas pesquisas.

No capítulo 1 farei uma justificativa das opções teóricas e metodológicas utilizadas nesse trabalho. Num primeiro momento discorrerei sobre a pesquisa de campo e a observação participante, mostrando como esse método de pesquisa é importante para termos acesso real ao universo pesquisado. Mostrarei também as dificuldades e as vantagens dessa utilização, além de críticas de autoras consagradas em Antropologia à observação participante, tal como foi sendo empregada. Feito isso haverá uma discussão de como a infância e as crianças foram e são vistas nas Ciências Sociais. Para isso será feita uma breve retrospectiva de como as crianças foram estudadas e/ou tratadas nas pesquisas e como são hoje em dia. Desconstruindo, assim, a idéia de uma infância natural e universal até chegar às crianças como atores e agentes sociais.

No capítulo 2 serão apresentadas as características gerais do bairro de acordo com os índices estatísticos, com a visão do “centro” e aquela veiculada na mídia local. Será mostrado também como algumas pessoas, do ponto de vista institucional, vêem o bairro de maneira depreciativa, pelas lentes do medo e noção de perigo. Isso pôde ser percebido devido às trajetórias indiretas que fiz antes de iniciar as pesquisas de campo, pois queria dar uma maior credibilidade à mesma, ver como o bairro era visto pelas instituições, pelos moradores de São Carlos e porque também acreditei que as mães das crianças do Gonzaga ofereceriam certa resistência ao meu convívio com seus filhos. Assim, esse capítulo narra as aproximações com o bairro.

O capítulo 3 se refere à pesquisa de campo em si, o acesso ao bairro, às crianças e o contato com os moradores do bairro. Procuo mostrar nesse capítulo o universo das famílias e das crianças do Gonzaga, como é o seu cotidiano, a maneira como vivem, brincam, como lidam com seus pequenos conflitos e com suas responsabilidades e como as crianças vêem as intervenções municipais no bairro que criam projetos sociais para “tirá-las das ruas”, além disso, procurei mostrar como essas crianças interpretam e significam o tráfico de drogas e as invasões policiais no bairro, temas que não eram de enfoque do trabalho, mas como é uma pesquisa do ponto de vista das crianças, procurei representar tudo aquilo que me mostravam e todas as coisas que davam maior importância. Por esse capítulo poderemos perceber como as crianças foram centrais nessa pesquisa e como através delas pude ter acesso aos assuntos e às pessoas que jamais poderia chegar senão através delas.

CAPÍTULO 1 – OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

1. Pesquisa de campo e observação participante

A “a antropologia estabeleceu sua identidade como ciência por meio de uma abordagem metodológica na qual a observação participante tornou-se elemento central” (SILVA, 2006, p.13). Bronislaw Malinowski (1978) foi quem inaugurou e fixou esse modo de abordagem da vida social, a pesquisa de campo associada à observação participante⁵ quando esteve “participando” da vida dos Trobriandeses. Esse aporte metodológico de pesquisa tornou-se canônico na Antropologia.

“A observação participante, definida principalmente pelo antropólogo Bronislaw Malinowski como a convivência íntima e prolongada do pesquisador com os seus “informantes nativos”, ao refutar a “antropologia de gabinete”, permitiu o estabelecimento de um determinado tipo de relação na qual o antropólogo se colocava como um instrumento de pesquisa, propiciando à antropologia a perspectiva intersticial (o olhar de dentro) que é sua ferramenta básica, sua marca registrada, desde então”. (SILVA, 2006, p.13).

Porém, Malinowski (1978) não fez grandes formulações teóricas a respeito dos povos estudados, o que pretendia era estudar uma sociedade em sua totalidade, totalidade que só poderia ser reconstruída a partir de fragmentos, ou seja, a partir da observação de cada fato da vida social. O autor pretendia reconstruir a realidade dos trobriandeses através da interpretação daquilo que via e ouvia, pois acreditava que os nativos não pudessem reconstruir numa totalidade a experiência fragmentária de suas vidas.

Através de um breve relato das idéias centrais de Norbert Elias e de John Scotson em “*Os estabelecidos e os outsiders*”, procurarei mostrar como o uso da observação participante numa reconstrução analítica de foco sócio-históricográfico pode contribuir para se ter acesso a realidade delimitada do objeto, no caso, um bairro por eles pesquisado. Em seguida mostrarei algumas vantagens e algumas dificuldades da utilização da observação participante utilizando para isso exemplos de algumas autoras

⁵ Pra o autor, havia uma série de fenômenos de suma importância que não poderiam ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas que deveriam ser observados em sua plena realidade. Além disso, o trabalho de campo deveria produzir uma “visão autêntica da vida tribal”.

da Antropologia Urbana feita no Brasil: Eunice Durham (1986), Ruth Cardoso (1986), Alba Zaluar (1986) e Mariza Peirano (1995).

Porém, sempre deixando explícita minha opção pela observação participante, pois além dos ganhos para a pesquisa, ela também proporciona repensar os pressupostos teóricos do pesquisador, pois “os etnógrafos são modificados pela experiência de campo”. (GOLDMAN, 1995). Além disso, a etnografia, método de excelência em Antropologia, é considerada por vários autores⁶ como chave para entender o processo de participação das crianças na vida social, objetivo maior desse trabalho, pois “apenas as crianças podem nos dar acesso ao que elas sabem sobre o mundo e as pessoas, e o que elas sabem podem dar-nos elementos para uma compreensão analítica que não podem ser obtidos de nenhum outro modo”. (TOREN apud CARVALHO & NUNES, 2007, p. 22).

1.1 “*Os estabelecidos e os outsiders*” (Elias e Scotson)

“*Os estabelecidos e os outsiders*” é um estudo sobre uma pequena comunidade, um bairro chamado Winston Parva, nome fictício, localizado no interior da Inglaterra, que tinha por núcleo um bairro antigo e ao seu redor dois bairros mais novos. O interesse inicial dos autores pelo local foi porque moradores do lugar informaram que um desses bairros tinha um índice de delinqüência maior que os outros. Porém, mais tarde o interesse foi deslocado para investigar o caráter desses bairros e a relação entre eles. Pois, quando estavam no terceiro ano da pesquisa, os diferenciais de delinqüência praticamente desapareceram. Assim, os autores tinham em mãos indicadores que mostravam as diferenças entre os bairros no que se refere à delinqüência, mas uma observação mais detida, “de dentro e de perto”, etnográfica, mostrou outro dinamismo e problematizaram os estereótipos. Isso porque os pesquisadores preferiram se utilizar da observação participante e da pesquisa de campo para fazer a pesquisa e não se aterem aos dados estatísticos.

“A descrição de uma comunidade da periferia urbana apresentada neste livro mostra uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelos primeiros como outsiders”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.19).

⁶ Como Nunes (2007), Carvalho (2007), Cohn (2005), Toren (2002), por exemplo.

A área estudada, o bairro Winston Parva, compunha-se de três bairros: a zona 1, área residencial de classe média e as zonas 2 e 3 que eram áreas operárias. Em termos de faixas de renda, de ocupação e classe social, os habitantes das zonas 2 e 3 não pareciam diferentes. A zona 1 e 2 consideravam-se tendo um *status* social superior aos da zona 3, que era um bairro novo.

“Um observador habituado a avaliar apenas nesses termos a estrutura social de um grupo de vizinhos talvez esperasse constatar que as duas zonas da classe trabalhadora tinham muita coisa em comum, que os moradores se percebiam mais ou menos como iguais e que a principal linha divisória da vida comunitária de Winston Parva... situava-se entre a zona da classe média, de um lado, e as duas zonas operárias, do outro.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.51).

A zona 1 era vista como a melhor parte de Winston Parva, era vista como símbolo de ascensão social. Seus moradores não mantinham muitas relações com o pessoal do bairro, pois ficavam mais dentro de suas casas, típico de famílias de classe média. Uma característica marcante, segundo os autores, é que durante as entrevistas, nenhum dos moradores dessa zona mencionou ter parentes na zona 3. “Seu status de zona hierarquicamente mais alta entre as três era francamente reconhecido na Zona 2 e admitido com má vontade na Zona 3”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.73).

A zona 2 diferia da zona 1 em sua aparência externa, a zona 1 tinha ruas largas e casa grandes enquanto que na zona 2 as ruas eram estreitas e as casas de meias-águas. Essa era a zona mais antiga e era conhecida como “aldeia”. Era também solidamente unida e parecia ter um alto grau de uniformidade, principalmente quando o assunto era o loteamento (zona 3). Os laços de vizinhança eram muito fortes, isso porque havia muitas gerações de famílias que ali viviam. Havia um forte sentimento de pertencimento ao lugar e também uma necessidade de mostrar ostensivamente que adotavam os padrões da aldeia. Nessa zona as respostas eram padronizadas, os moradores ansiavam por apresentar uma postura idêntica e causar uma boa impressão.

A zona 2 é a zona do grupo dos estabelecidos, daqueles que moram há muito tempo no bairro, e é a coesão social que forma esse grupo e o tempo de ocupação que protege suas identidades.

A zona 3 é formada em sua maioria por estrangeiros, recém-chegados que moravam em Winston Parva em data relativamente recente. Nessa zona quase não há laços de parentesco nem de vizinhança. “... apesar de serem vizinhas, tinham costumes, padrões e estilos diferentes, os quais não raro pareciam estranhos e levantavam

suspeitas...”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 109). Os moradores da zona 2 diziam que o loteamento era o “beco dos ratos”. Era o bairro mais novo de Winston Parva, chamado de *outsiders*. “Desde os primeiros tempos os moradores do loteamento foram estigmatizados, na opinião pública da “aldeia”, como uma classe inferior de pessoas”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 112).

Devido à desunião dos moradores da zona 3, a maioria deles acabava aceitando o status inferior atribuído a eles.

“A falta de coesão, o relativo isolamento das famílias do loteamento, tornou-as impotentes para impedir as cenas desagradáveis. Elas se sentiam desamparadas e resignadas com seu destino, ao mesmo tempo em que sofriam com a baixa reputação de seu bairro e com a conduta grosseira dos vizinhos”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.119)

O grupo estabelecido (zona 2) estigmatizava o grupo dos *outsiders* (zona 3), recusando-se a manter contato social e julgando-os como pessoas de menor valor humano. Porém, como já foi mencionado anteriormente, no que diz respeito à classe social, ocupação, renda, padrões habitacionais, as diferenças entre as duas áreas não eram nada evidentes. A única diferença existente entre essas duas áreas era que um grupo era de antigos residentes e o outro formado por recém-chegados. “Em Winston Parva todo o arsenal de superioridade grupal e desprezo grupal era mobilizado entre dois grupos que só diferiam no tocante ao seu tempo de residência no lugar”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.21). Essa estigmatização e evitação que o grupo dos estabelecidos tinha em relação ao grupo dos *outsiders* eram armas para a preservação da sua identidade e para a manutenção de sua superioridade. Os *outsiders* eram tidos como sujeitos e quase inumanos e tudo que os permeavam era visto como anômico.

Já que mudaram para Winston Parva, os moradores da zona 3 tentaram uma aproximação com os moradores da zona 2, porém sem sucesso. Depois não tentaram mais e acabaram aceitando a estigmatização por parte dos estabelecidos, que cerraram fileiras contra os *outsiders*.

Depois de ter feito um breve resumo do texto, minha intenção foi mostrar que caso os autores tivessem optado por métodos quantitativos, estes mostrariam uma homogeneidade nas zonas 2 e 3, devido às mesmas ocupações, rendas, classe social etc. Porém, a observação participante mostrou o contrário, uma heterogeneidade entre essas zonas e uma aproximação entre zonas 1 e 2. Uma análise estatística não poderia

estabelecer um entendimento claro da maneira que as configurações funcionavam e afetavam a população residente. O contato, as entrevistas e principalmente o convívio com os moradores de Winston Parva, permitiu que os autores tivessem acesso a um universo muito diferente do que o esperado, o que foi permitido pela observação participante. Sem ela, talvez não tivessem feito e/ou desenvolvido uma pesquisa tão rica quanto essa.

Algo próximo aconteceria com minha pesquisa no Gonzaga. Caso optasse por me focar apenas nos dados estatísticos, veria só a pobreza e a falta de recursos no bairro, mas com o trabalho de campo e a observação participante descobri um universo muito além daquele encontrado através dos dados estatísticos e nas representações midiáticas. Porém, utilizei esses dados para ilustrar a maneira como o bairro era visto e classificado. Pois, não podemos nos esquecer que as análises estatísticas são muito úteis como indicadores sociais e que podem e devem ser utilizadas associadas às análises qualitativas “A oposição entre qualitativo e quantitativo não corresponde a modos opostos e irreconciliáveis de ver a realidade. São modos diversos de resgatar a vida social”. (CARDOSO, 1986, p. 95).

1.2 Observação participante: problemas e perspectivas

Muitos autores ainda se mostram um pouco desconfortáveis com a utilização da observação participante como método ou técnica de pesquisa tal como vêm sendo utilizada, pois acreditam que essa “técnica” vai na contramão de alguns pressupostos das Ciências Sociais, como a objetividade na pesquisa.

Eunice Durham (1986) é uma das autoras que olha para a observação participante sob muitas críticas. Segundo a autora, para os funcionalistas, fazer uma reconstrução integrada da totalidade do outro era o objetivo do pesquisador. Parte fundamental desse processo era a construção de uma “teoria nativa” da sociedade em questão. No funcionalismo a relação sujeito-objeto não era questionada pelos críticos e a construção do investigador era tomada como correspondente às representações e ao comportamento das coletividades estudadas. Era como se os “nativos” não tivessem consciência do seu próprio mundo, mas quando chegavam os antropólogos, assim como o fez Malinowski (1978), segundo sua visão sobre o autor, poderiam ter acesso à suas próprias culturas.

Mais tarde surge o estruturalismo, que recoloca a importância da dimensão simbólica da vida social. Com ele aparecem duas tendências nas pesquisas das produções recentes: a valorização dos métodos qualitativos tradicionais de investigação empírica, com ênfase na observação participante e a preocupação com a análise da dimensão simbólica. Conseqüentemente há uma valorização da observação participante e preocupação com a natureza da relação do pesquisador com a população estudada.

Para a Durham (1986), há um deslizamento nessa técnica de pesquisa, pois antes a ênfase era na observação, que deveria ser a mais objetiva possível. Porém, na alteração do uso dessa técnica “... nota-se uma valorização crescente da subjetividade do observador – a experiência, os sentimentos, os conflitos íntimos do pesquisador são amplamente descritos e analisados”. (DURHAM, 1986, p.26). Isso porque a autora acredita que a participação do pesquisador deveria ser mais objetiva que subjetiva.

A autora ainda nos chama a atenção ao fato de que as populações estudadas cobram dos pesquisadores uma atuação e um retorno dos resultados, pois muitas pessoas se sentem enganadas, pois os pesquisadores se utilizam de seus depoimentos, de sua convivência, muitas vezes da moradia de algum informante e depois de terminado o prazo de suas pesquisas não voltam mais ao local para dar um retorno aos “objetos de pesquisa”. A autora chama de retorno, mostrar o trabalho, a pesquisa desenvolvida, os resultados das mesmas às populações estudadas. Ou então, muitos pesquisadores nem informam sobre o tipo de pesquisa que estão desenvolvendo.

“A postura do antropólogo de suposta “isenção científica”, evitando informar o entrevistado sobre a pesquisa, com receio, talvez, de que este direcione suas respostas, enviesando os dados, certamente pode adquirir ares de “deslealdade” ou “desonestidade”, especialmente quando vêem os trechos mais polêmicos de suas falas recortados e colocados no texto em meio a discussões de que geralmente não participaram e nem sabiam que existiriam”. (SILVA, 2006, p.183).

Segundo Durham (1986) a identificação do pesquisador com as populações estudadas é necessária para apreender “de dentro” as categorias culturais com as quais a população articula sua experiência de vida social e ordena sua prática coletiva. Porém, os pesquisadores correm o risco de explicar a sociedade através das categorias “nativas” em vez de explicá-las através da análise antropológica ou sociológica.

“Nós presos à observação participante, estamos nos contentando com reconstruir as sombras que essa história projeta na consciência dos homens. É um trabalho importante. Não creio que devamos abdicar de fazê-lo. Mas não é necessário que nos contentemos só com isso”. (DURHAM, 1986, p.34).

Porém, não acredito que explicar determinada “sociedade” pelas categorias nativas possa gerar problemas ou desencontros, pelo contrário, elas são fundamentais nas pesquisas, são elas que dão o acesso ao universo pesquisado.

Ruth Cardoso (1986) é também uma das autoras que escreveram e criticaram a observação participante, tal como esta foi sendo utilizada. Segundo a autora, um dos passos importantes da pesquisa participante foi o estranhamento como forma de apreender o outro, pois o velho modelo de observação participante supunha a neutralidade do pesquisador.

“A subjetividade que não fomos treinados para controlar teima em se fazer presente e isto porque ninguém mais defende a noção de “neutralidade” que os manuais positivistas propunham como condição da ciência”. (CARDOSO, 1986, p.104).

Assim como Durham (1986), ela também acredita que os pesquisadores estão se tornando muito subjetivos ao utilizarem a observação participante. A autora acredita que muitos dos pesquisadores estão abandonando a reflexão teórica nos caminhos da observação participante, o que é desvantajoso, pois teoria e empiria devem sempre caminhar juntas.

Porém, ressalto que os pesquisadores que se utilizam da observação participante, convivendo diariamente com seus “nativos”, participando de sua vida social e coletiva e muitas vezes até morando com a população escolhida para a pesquisa, diferente do que pensa a autora, não têm a pretensão de se tornarem nativos. O pesquisador está com a população para poder ter maior acesso aos seus códigos, valores, comportamentos e para conhecer “de perto” a realidade pesquisada. Até porque os próprios “nativos” sempre encontram termos desconhecidos quando querem excluir o pesquisador de alguma conversa, sinalizando que aquele não é o universo do pesquisador. Apesar de estar observando e participando da vida do seu “objeto de pesquisa”, o pesquisador sabe que continua sendo um estranho.

“Mesmo próximo ou íntimo, ele (o antropólogo⁷) é um interlocutor que não faz parte do grupo e, no limite, continua a ser identificado com o mundo dos poderosos, dos cultos, etc., mesmo que de forma sutil e matizada pela amizade construída no relacionamento diário” (ZALUAR, 1986, p.123)

O processo de observação participante é também um processo de alianças que se estabelecem entre pesquisador e pesquisados e que possibilita a real aproximação entre eles, segundo Vagner Silva (2006). E o contato, a convivência, a “amizade” entre eles é muito importante para estabelecer uma relação de troca entre pesquisador e pesquisados, porém nunca devemos deixar de lado o olhar de pesquisador, pois a objetividade está localizada na qualidade de objeto que nós mesmos selecionamos, porque apesar de perpassar pela nossa subjetividade, o contato não é totalmente subjetivo, mas também objetivo. Acredito também que optando pela pesquisa de campo e observação participante, descobrimos que na verdade nosso “objeto” pode ser muito mais interessante e instigante do que imaginávamos.

Fábio Wanderley dos Reis, em 1988, apontou que havia nas produções antropológicas trabalhos pouco sofisticados, que privilegiavam o cotidiano, o “popular” tal como se apresentavam à observação empírica. Segundo o autor, havia longos depoimentos nos trabalhos, que cansavam o leitor, e que os antropólogos estavam se deixando levar pelo discurso dos nativos. Inspirada nessa crítica, Mariza Peirano (1995) apresentou um argumento respondendo às críticas colocadas pelo autor, pois para ela a antropologia não só reproduzia discursos, mas sim alguns pós-modernos⁸ é que adotavam tal estratégia narrativa.

“... meras descrições de um fenômeno de uma cultura em termos de outra são um arremedo necessariamente pobre da prática antropológica e, por definição, estão condenadas a não passar de afirmações de um tipo popularesco – aquilo que Fábio Wanderley dos Reis chama de o estilo jornalístico que invade as ciências sociais”. (PEIRANO, 1995, p.18).

A autora acredita que é no confronto e/ou no diálogo entre teorias acadêmicas e nativas que está o potencial de riqueza da antropologia. Assim, seu trabalho consiste em responder as questões levantadas por Reis (1988), defendendo o uso da etnografia, pois esta consiste em vincular teoria e pesquisa. Segundo Peirano (1995), o que o autor

⁷ Grifo meu

⁸ A antropologia interpretativa, desenvolvida principalmente por Geertz a partir dos anos 70, surgiu no contexto da desconfiança de alguns antropólogos com relação aos modelos clássicos de explicação e representação. (SILVA, 2006).

reconhece na inspiração antropológica é próprio daqueles que se limitam apenas à observação empírica, a experiência imediata, sem experienciar o que existe além delas, pois “é importante, então, reter a idéia de que as observações são realizadas não só para descrever o curioso, o exótico ou o diferente por si mesmo, mas principalmente para universalizá-los”. (PEIRANO, 1995, p.18).

Para a autora, dar ênfase no questionamento da pesquisa de campo como prática, como fazem os chamados pós-modernos, é desvantajoso para os trabalhos antropológicos, pois ao fazer isso, “... perde-se a tensão essencial entre teoria e pesquisa e a crise realmente se instala nesse grupo pós-moderno”. (PEIRANO, 1995, p.25). O que a autora quer dizer é que as críticas dirigidas pelo autor à Antropologia caberiam àqueles que só se preocupam com a descrição de fenômenos, fatos ou coisas sem a preocupação com os pressupostos teóricos.

Pois em alguns trabalhos denominados pós-modernos o campo apareceria em seu estado bruto e o objetivo perseguido seria interpretar as culturas e descrevê-las à exaustão, cabendo ao leitor interessado elaborar os pressupostos de sentido ao texto.

Portanto para Peirano (1995), deve haver nos trabalhos etnográficos uma maior formalização dos conteúdos, indo além da realidade empírica, procurando por explicações que estão além da simples observação e além da inteligibilidade do fenômeno. Assim, como salientou Lévi-Strauss (2001), cabe ao pesquisador que optou pela via etnográfica reorganizar os dados coletados, informações dispersas e agrupá-los de uma maneira que se possa chegar a um sistema e ser entendido em diversos contextos, não só por um público particular. Dessa forma, parte-se dos dados etnográficos, mas depois há um nível de formalização maior, não um campo em estado bruto.

Portanto, o intuito da minha pesquisa, tendo como foco o Gonzaga é focar meu trabalho para além dessa realidade imediata. Mesmo sabendo que crianças existem por toda parte, mas que elas são diferentes em cada lugar e por isso temos que entendê-las em seu contexto, conforme ressaltou Clarice Cohn (2005), acredito que poderei encontrar nesse contexto específico relações entre as crianças que possam ser encontradas em outras periferias⁹, como a sobrevivência das brincadeiras antigas, liberdade de circulação pelo bairro, ter algumas responsabilidades domésticas, entre

⁹ Esse é um dos objetivos do meu projeto de doutorado que será desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de São Carlos. “*Jardim Ângela e Jardim Gonzaga: análise antropológica comparativa de duas periferias*”.

outras coisas, mas que não poderão ser encontradas em outras camadas ou configurações sociais.

2. A infância e a criança nas Ciências Sociais¹⁰

“Sabemos que os estudos sobre a infância foram introduzidos na Antropologia através de alguns autores considerados de referência imprescindível na história da disciplina, tais como Taylor, Boas, Mauss, Mead e Fortes”. (CARVALHO & NUNES, 2007, p. 3).

A infância é vista como uma das etapas da vida humana, época do crescimento em que as crianças são dependentes dos pais e que aprendem através da educação: “... a criança é o que não fala (infans), o que não tem luz (a-luno), o que não trabalha, o que não tem direitos políticos, o que não tem responsabilidade parental ou judicial, o que carece da razão”. (SARMENTO, 2003, p. 53). Dessa forma, percebemos que as crianças são tratadas como seres incompletos, seres em formação. Porém, essa idéia de uma infância natural e universal foi sendo desconstruída nos anos 70 e 80¹¹.

De acordo com a concepção estrutural-funcionalista, que foram baseadas em Émile Durkheim, a infância seria um devir, passiva de socialização e regida por instituições. Para esse autor, a educação tem lugar privilegiado na formação da criança, pois a criança é produto dessa educação. Elas vão interiorizando a cultura em que vivem por meio da educação.

“a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio espacial a que a criança, particularmente se destine”. (DURKEIM, 1978, p.41).

¹⁰ Entrei em contato com a bibliografia sobre infância e crianças depois que apresentei trabalho na 31ª Anpocs em 2007, que foi muito importante para mim. Participei do Seminário Temático 14: Do ponto de vista das crianças: pesquisas recentes em Ciências Sociais, coordenado por Clarice Cohn e Antonella Tassinari. Depois de expor meu trabalho, ambas me falaram sobre a possibilidade de trabalhar minha pesquisa pelo ponto de vista das crianças, pois segundo elas as crianças foram mais que centrais em minha pesquisa. A Fapesp, financiadora dessa pesquisa, também me chamou atenção a esse fato no primeiro parecer do meu relatório. O Prof Dr. Jorge Mattar Villela também enfatizou que eu deveria fazer uma etnografia a partir do ponto de vista das crianças e foi assim que passei a conhecer essa bibliografia e tentei buscar “o ponto de vista” das crianças do Gonzaga.

¹¹ Phillippe Ariès (1978) contribui muito para isso.

Assim, para Durkheim, a socialização vista da educação é um processo de assimilação de idéias e valores, um pertencimento ao grupo.

Para Phillippe Ariès (1978), a infância não é algo natural e universal, e sim uma construção sócio-histórica. De acordo com os estudos desse autor, na sociedade tradicional a criança era rapidamente misturada ao mundo dos adultos e partilhava de seus jogos e trabalhos. “Assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos”. (ARIÈS, 1978, p. 157). Como as crianças se misturavam aos adultos, elas aprendiam a fazer as atividades os ajudando, era o chamado modo de aprendizagem. Nessa época a família não tinha função afetiva, como nos coloca o autor, mais voltada para a conservação de bens. Porém, Ariès faz a ressalva de que ele não quer dizer que o amor entre os cônjuges estivesse sempre ausente, o que o autor afirma é que isso não importava para a economia doméstica como dimensão propulsora das relações em família.

Mas, com a sociedade industrial a família e a criança assumem um novo lugar¹². A instituição escola substituiu a aprendizagem, separando assim as crianças do mundo dos adultos, pois passavam a se socializar e aprender fora dos domínios domésticos. A família se tornou o lugar da afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos e ela passou também a se organizar em torno da criança, que assumiu um lugar central dentro das relações familiares. Segundo o autor, os pais não sentiam mais vergonha em demonstrar afeto e “paparicar” os filhos e demonstrar afeição.

“O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes”. (ARIÈS, 1978, p. 156).

Percebemos assim que esse sentimento da infância foi construído historicamente, surgiu no meio familiar e no meio externo, eclesiástico, homens da lei, preocupados com a disciplina e racionalidade dos costumes, pois “O sentimento da infância é uma elaboração sócio-histórica sobre a particularidade da infância em relação

¹² As crianças mais abastadas é que assumiram um novo lugar, pois as crianças do povo, os filhos dos camponeses e dos artesãos, continuaram a viver entre os adultos, conservavam o antigo modo de vida, segundo Áriès.

ao mundo adulto, que estabelece uma ruptura entre dois contextos de experiências sociais”. (SARAIVA, 2007, p. 17).

Margaret Mead, na década de 60, foi pioneira em tomar as crianças e adolescentes como centrais nas pesquisas e seus trabalhos as situaram em termos contextuais e culturais, porém de acordo com as reflexões de Cohn (2005):

“na obra de Mead havia limitações, relacionadas com alguns de seus pressupostos analíticos. Um exemplo de tais pressupostos é o de que a cultura seria um repertório de elementos adquiridos e transmitidos, nesse sentido, as crianças eram consideradas seres imaturos que caminhavam para um processo definitivo de desenvolvimento dentro de suas culturas”. (VIEIRA, 2006, p. 358).

A autora ainda afirma que uma antropologia da criança foi possível a partir de uma revisão dos conceitos até então estudados e que a infância, bem como as crianças estiveram sempre presentes nos trabalhos na área de Ciências Sociais, mas não de forma central. Grande parte dos trabalhos sobre infância enfocava os estudos sobre exploração do trabalho infantil, exploração sexual, precarização das condições de vida, “menor infrator”, acesso à educação, saúde etc., sem levar em conta o contexto social de experimentação da infância. Mead (1963), como já mencionei, foi pioneira ao colocar as crianças como objetos centrais de suas pesquisas, mas ainda tratava as crianças como apenas reprodutoras de uma cultura adquirida, considerando-as como seres imaturos.

A cultura vista como um sistema simbólico e o contexto social como um conjunto de relações e interações entre os indivíduos alterou significativamente o olhar metodológico sobre a infância. Dessa forma, as crianças deixaram de ser vistas como seres incompletos e passaram a seres sociais plenos, inseridas numa província de significados própria e em relação a outras. Cohn reconhece o papel ativo das crianças em seus contextos, pois elas não são apenas produzidas pelas culturas, mas também produtoras de cultura, e contrapondo-se à Mead (1963), perceberá que a criança não ocupa a posição de somente reproduzir a cultura que adquiriu, mas reconhece que são agentes atuantes. Enfim, reconhece nas crianças “um objeto legítimo de estudo”.

“Precisamos ser capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista... Não podemos falar de crianças de um povo indígena sem entender como esse povo pensa o que é ser criança e sem entender o lugar que elas ocupam naquela sociedade – o mesmo vale para as crianças nas escolas de um metrôpole. E é aí que está a grande contribuição

que a antropologia pode dar aos estudos das crianças: a de fornecer um modelo analítico que permite entendê-las por si mesmas”. (COHN, 2005, p. 09).

Assim, as crianças são vistas como atores e agentes sociais que significam o mundo, assim como os adultos, sendo que “a diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa; dessa forma, a criança não sabe menos, sabe outra coisa”. (COHN, 2005, p. 33). E sendo um fenômeno plural, construído social, cultural e historicamente as análises devem levar em conta o contexto social em que vivem, pois elas não são, não agem e nem significam o mundo ao redor igualmente, independente de onde vivem.

Marina Saraiva (2007) estudou como as crianças de condomínios fechados de luxo, em Alphaville, São Paulo e Fortaleza, viam e representavam a cidade e como construíram esse “ponto de vista” que está além dos muros. Percebeu que muitas crianças conheciam Nova York, por exemplo, e desconheciam a própria cidade em que moravam, isso porque “tudo se restringe na circunferência batizada por mecanismos físicos e simbólicos, que delimitam a área destinada exclusivamente para o uso e ocupação desses indivíduos”. (SARAIVA, 2007, p. 4). As crianças não precisam sair dos condomínios para nada, pois freqüentam as escolas dos condomínios, há muitos aparatos de lazer, quadras de esportes, piscinas, cinemas, pequenos shoppings. Diferente por exemplo, das crianças do Gonzaga¹³, no bairro não há equipamentos de lazer e ofertas do tipo das descritas acima, são as crianças que recriam seus próprios espaços, brinquedos e brincadeiras, freqüentam escolas próximas ou distantes do bairro e que representam a cidade em que vivem de maneira mais negociada com a esfera pública.

Enfim, as crianças dos condomínios são apartadas, separadas do mundo e “protegidas” em demasia, diferente das crianças do contexto como o jardim Gonzaga, que gozam de certa “autonomia”¹⁴. Assim, segundo Cohn (2005), antes de entendermos o ponto de vista das crianças, como se pudéssemos tomá-lo como unívoco, precisamos entender o que significa ser criança no contexto a qual ela está inserida, de acordo com valores e condições sociais.

Maria Rosário de Carvalho e Angela Nunes (2007) também propõem uma abordagem metodológica na qual tentam aproximar as pesquisas com adultos e as

¹³ Mais dados sobre essas crianças poderão ser vistos no decorrer desse trabalho.

¹⁴ Isso poderá ser visto ao longo do trabalho, utilizei apenas como exemplo para poder contrapor às crianças de condomínios para demonstrar como o contexto é muito importante ao estudar crianças.

crianças, pois assim como os adultos, as crianças seguem um protocolo de abordagem semelhante na relação com os pesquisadores, pois respondem entrevistas, conversam e permitem serem observadas. Reconhecendo também a capacidade de agência das crianças.

“Teoricamente, portanto foi reconhecida a sua capacidade de agência, submetendo-se que a criança não só participa, mas que sua participação pode adicionar algo a vida social, transformando-a. ‘Dar voz às crianças’ e evidenciar a sua competência social tornaram-se procedimentos imperativos e incontornáveis na condução das investigações”. (CARVALHO & NUNES, 2007, p. 4).

Porém, para as autoras, na prática é difícil encontrar o que as crianças somam e o qual o impacto de suas ações na vida social, por isso, há a necessidade cada vez maior de priorizar as crianças como objetos centrais nas pesquisas para descobrirmos qual é o estatuto dessa agência, na prática.

Assim, percebemos que as crianças passaram a ser vistas como atores sociais com capacidade de agência e que elas significam o mundo ao seu redor e não apenas resignificam, mas também produzem cultura, pois não só reinterpretem o que os adultos produzem, portanto estão sempre agindo e significando e é isso que pretendo demonstrar ao longo desse trabalho, tomar as crianças como sujeitos capazes de representar e significar suas experiências no jardim Gonzaga.

CAPÍTULO 2 – O ACESSO AO BAIRRO

1. Características gerais

A favela do Gonzaga, de acordo com os índices estatísticos, a visão das elites locais, poder público e a mídia consiste num bairro pobre, localizado na cidade de São Carlos¹⁵, interior de São Paulo, e que enfrenta, do ponto de vista urbanístico, problemas devido à falta de equipamentos públicos, tais como pavimentação de ruas, saneamento básico, coleta de lixo, falta de espaços para o lazer, moradias localizadas em áreas de risco com o perigo de desabamentos. Pois, “... os equipamentos urbanos não são oferecidos uniformemente para toda a cidade, privilegiando as parcelas habitadas pelas faixas de renda média e alta”. (BONDUKI & ROLNIK, 1982, p.125). E, considerados como problemas sociais o número expressivo de adolescentes grávidas, a presença ostensiva do tráfico de drogas¹⁶. Deixo claro que meu intuito não é reificar essa visão recoberta pelas estatísticas, que traz em seus pressupostos uma pedagogia de poder que em si mesmas não revelam o *ethos* partilhado pelas pessoas daquele local. Distanciar delas se faz necessário na medida em que não podem ser objetivadas universalmente, e independentemente do direcionamento político que se dá a suposta transparência dos números, vale investigar a dinâmica social que supostamente os ampara.

E tais estatísticas reverberam nas representações que se tecem sobre o local na população de São Carlos, que o vê como um “bairro problema”, local onde reside a maioria dos criminosos que “atuam” na cidade. “Se você quiser conhecer a periferia de São Carlos é só visitar a favela do Gonzaga e a Cidade Aracy. Ali você encontra de tudo: droga, um matando o outro, tem de tudo”. (ÁVILA, 2006, p. 68, notas de um de seus entrevistados). Violento, dominado pelo tráfico de drogas¹⁷, o bairro também assume tais características no imaginário dos moradores da cidade porque foi ocupado

¹⁵ A cidade de São Carlos está localizada no interior de São Paulo, distante 230 quilômetros da capital paulista. A cidade tem uma população estimada em 218.708 habitantes de acordo com o IBGE 2007.

¹⁶ Esses dados priorizam só as faltas não revelando nada sobre ele. Esses índices apenas mostram pobreza e miséria, porém não é isso que encontramos no bairro, como será demonstrado no decorrer do trabalho.

¹⁷ Acompanhei as notícias de dois jornais de São Carlos durante dois anos.

na forma de favela, com seus terrenos sendo invadidos e urbanizados dentro da lógica da autoconstrução destinada aos moradores de baixa renda¹⁸.

Toda essa imagem estereotipada em torno do bairro faz com que muitos moradores ocultem suas procedências na hora de conseguirem emprego, pois grande parte dos empregadores não acredita que eles possam ser “trabalhadores e honestos¹⁹”. Dessa forma, pode-se perceber que a cidade criminaliza o bairro e sua fala sobre ele, ou seja, suas visões e representações quase sempre depreciativas pautadas pelo espalhamento do medo.

Conheci a favela do Gonzaga em 2004 quando fiz a disciplina Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais Qualitativa em Ciências Sociais²⁰. Nós, alunos, estávamos aprendendo a escrever projetos de pesquisa, então houve um sorteio de temas para desenvolvermos um projeto. O meu tema foi “*Ofertas e Equipamentos de lazer no Jardim Gonzaga*²¹”. Assim, por indicação da professora responsável pela disciplina, eu e uma amiga²² fomos até o referido bairro para conhecer suas características físicas, suas casas, estabelecimentos comerciais etc. Porém, não tínhamos noção de onde o bairro se localizava, afinal vínhamos de outras cidades e morávamos em São Carlos a pouco tempo e só conhecíamos o “centro” e o caminho para a Universidade.

Eu e essa amiga morávamos juntas naquela época e havia uma simpática senhora que trabalhava em nossa casa, a Dona Cida²³, que morava no Presidente Collor, um dos bairros que compõem o Cidade Aracy²⁴, muito próximo ao Gonzaga, que nos auxiliou como chegar até o bairro.

¹⁸ Inúmeras vezes, enquanto esperava o ônibus para ir ao bairro ficava conversando com as pessoas no ponto e aproveitava para fazer perguntas genéricas sobre o Gonzaga. A maioria respondia falando mal do bairro e também tinham aqueles que sequer ouviam falar no bairro.

¹⁹ Palavras da moradora do Gonzaga, Dona Cássia.

²⁰ Disciplina oferecida pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos em 2004 e que foi ministrada pela professora Dra. Valquíria Padilha. Na época eu cursava o 3º ano de graduação em Ciências Sociais na mesma Universidade.

²¹ De acordo com a classificação da Prefeitura da cidade de São Carlos o bairro é denominado como Jardim Gonzaga, porém, os moradores o chamam de favela do Gonzaga. Como todos os moradores se referiam ao bairro como favela do Gonzaga, adotei essa denominação.

²² Deveríamos desenvolver o projeto em dupla.

²³ Dona Cida sempre me contava as “fofocas” do Gonzaga, assim recebia informações privilegiadas dessa senhora que tinha muitos conhecidos no bairro.

²⁴ O Cidade Aracy é composto pelos bairros: Cidade Aracy I, Cidade Aracy II, Presidente Collor e Antenor Garcia. O Cidade Aracy também é um bairro considerado periférico, de acordo com os dados estatísticos, e é vizinho do Gonzaga. Ávila (2006) estudou como os moradores do Cidade Aracy representavam a relação entre o bairro e a cidade de São Carlos.

Em um sábado à tarde eu e minha amiga fomos ao Gonzaga. Logo que chegamos ficamos assustadas com a experiência em campo, pois era a primeira vez que nos víamos numa situação de pesquisa. Não sabíamos o que fazer, com quem falar e até mesmo o que falar. Resolvemos bater na primeira casa que vimos. A mulher nos recebeu no portão com muita pressa, pois estava em meio a uma reunião da paróquia do bairro e nos pediu licença²⁵. Percebemos que essa não era a melhor forma de abordagem e entramos em um bar para tomarmos um refrigerante e tentar conversar com a dona do estabelecimento. Sentamos e esperamos e todos que estavam presentes nos olhavam com desconfiança. Pegamos o refrigerante e começamos a conversar com Zezinha²⁶, dona do bar. Ficamos conversando com ela por um longo tempo e voltamos cheias de dúvidas e questionamentos.

O que nos intrigou era que o nosso tema eram as ofertas e os equipamentos de lazer no bairro, mas não havia ofertas de nosso ponto de vista etnocêntrico, ao menos aquelas compartilhadas por outros setores da sociedade, tais como cinemas, lanchonetes, danceterias, nem equipamentos destinados ao lazer no bairro. Os únicos equipamentos existentes estavam em fase de construção: uma quadra poliesportiva e um parque infantil, iniciativas da Prefeitura Municipal²⁷.

Porém, convinha refletir se esses equipamentos destinados ao lazer seriam aproveitados pela população local, já que para construí-los a prefeitura precisou utilizar uma parte do bairro muito utilizada pelos moradores. No local da construção havia um campo de areia e outro destinado ao futebol, onde nos finais de semana, os homens se reuniam para partidas de futebol e as crianças para brincarem na areia. Assim, surgiu um primeiro interesse pelo bairro, queria saber mais sobre o lazer, os passatempos e sobre a sociabilidade do bairro. Então, como não queria restringir meu trabalho apenas para a disciplina referida, mas dar continuidade ao projeto, procurei outro professor²⁸ para orientar um projeto sobre o lazer e a sociabilidade infanto-juvenil²⁹.

²⁵ Descobrimos depois, conversando com a Dona Zezinha, que tínhamos ido à casa de Dona Tereza, responsável pela paróquia do Gonzaga.

²⁶ Todos os nomes utilizados são fictícios.

²⁷ O prefeito Newton Lima, do Partido dos Trabalhadores foi o responsável por esse projeto.

²⁸ O professor Dr. Luiz Henrique de Toledo, professor de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, que atua em diversas áreas de pesquisa. Entre elas: Antropologia Urbana, Teoria Antropológica, Antropologia do Esporte e Antropologia da juventude.

²⁹ Essa foi nossa primeira pesquisa no bairro intitulada: "*A experiência da infância e da juventude no Jardim Gonzaga: práticas de lazer e sociabilidade infanto-juvenil num bairro periférico*", financiada pelo PIBIC/CNPq entre agosto de 2004 e julho de 2005.

A partir disso, me envolvi com o bairro³⁰ e os dados encontrados nesse trabalho resultam dessas pesquisas que desenvolvi no Gonzaga. Queria deixar claro que as formas de sociabilidade entre as crianças foram analisadas de acordo com a teoria de Georg Simmel (1983a). Para o autor, o essencial na sociabilidade, definida por ele como “forma autônoma ou lúdica de sociação”, é a interação por ela mesma. (SIMMEL, 1983a), pois “são fatores de sociação apenas quando transformam o mero agregado de indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para um outro. Formas que estão agrupadas sob o conceito geral de interação.” (SIMMEL, 1983a, p. 166). E como salienta Batista (2007), as formas é que dão o caráter social às interações, logo, é sob elas que identificamos tal natureza social das sociações humanas, se excluirmos os conteúdos religiosos, políticos, econômicos.

Assim, tendo visto algumas das suas características na pesquisa inicial, e para um maior controle metodológico o bairro será tratado como periferia, mas não como uma realidade em si mesma dotada de significação intrínseca, pois,

“A abordagem antropológica, entretanto, deve focar o fenômeno tendo em vista as distinções relevantes entre gueto e periferia (ou favela), bem como a “diversidade da periferia”, tanto no plano urbanístico propriamente dito, quanto com relação ao conjunto de fenômenos socioculturais que nela se observam. Cabe assim diferenciar, no plano analítico, a periferia como área urbana específica e sujeita a distintos graus de segregação (ou, num sentido inverso, de consolidação), como fenômeno social (que, nas últimas décadas, tem envolvido um projeto familiar e comunitário de inserção na cidade, mas com certas rupturas introduzidas por diversos fatores), como um conjunto polifônico de representações nativas”. (FRÚGOLI, 2005, p. 146)

Segundo José Guilherme Magnani (2003), a periferia pode ser caracterizada como uma região afastada do centro urbano, pobre, carente em infra-estrutura e serviços públicos e que abriga os setores de baixa renda da população. Segundo a concepção desse autor, o aspecto simbólico de certas práticas, como o lazer, confere uma maior riqueza à noção de periferia. Segundo Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1982) o critério geográfico não pode ser o único índice na definição de periferia, pois existem bairros mais próximos do “centro”, mas que geram baixa renda e outros distantes, caracterizados como “loteamentos periféricos”, que apresentam alta renda per capita.

³⁰ Nossa segunda pesquisa “*Gerações em conflito: análise antropológica da sociabilidade num bairro de periferia*”, contou com o apoio da Fapesp entre abril de 2006 e março de 2008.

Portanto, para os autores, o indicador econômico é determinante para se definir periferia, pois vincula a ocupação do território urbano à estratificação social.

Já para Pedro Paulo Guasco (2000) embora a periferia também não deva ser tomada apenas pela noção de distância geográfica, de sua espacialidade ou pelo conjunto de carências definidoras de uma condição material, sugere que se trata de uma categoria que delimita as condições sociais que costumam a noção de identidade entre setores predominantes, quais sejam, pretos e pobres. Esse autor estudou as relações dos *rappers* com o espaço urbano e apreendeu que a maioria dos grupos de *rap* tinha pelo menos uma música dedicada ao seu bairro ou região, pois através do *rap* os jovens da periferia falam sobre seus modos de vida, de si próprios, de auto-estima e orgulho e afirmam suas identidades sobre duas referências: a identidade negra e a identidade da periferia. Essas questões étnicas aparecem hoje como uma agenda para se falar de periferia, abordagem que até décadas atrás era pouco dada à condição periférica. Assim, essa idéia de identidade e orgulho compreende um arcabouço simbólico que hoje mobiliza os jovens via *hip hop* e outras manifestações que repensam a noção de periferia.

“A freqüente associação entre a violência e a exclusão social acaba por constituir um quadro geral da periferia, através do qual a própria idéia de periferia se generaliza. Essa generalização tem como consequência a perda do sentido original do termo, pois a periferia deixa de ser uma referência espacial definida pela sua oposição em relação ao centro. Quando rappers usam esse termo para falarem de bairros menos afastados, ou mesmo na região central, o que têm em comum com a periferia é o fato de serem descritos principalmente a partir da pobreza e da violência, fica evidente assim, que a palavra periferia se refere menos a um lugar espacial que a um determinado meio social”. (GUASCO, 2000, p. 80).

Já Alba Zaluar (2000) repensa a noção de periferia pela via das instituições populares (“vicinais”, tal como nomeava nos trabalhos anteriores), como dimensão política expressiva de organização do modo de vida nas periferias. Como o samba³¹, por exemplo, que reunia os moradores de Cidade de Deus³² de diferentes gerações, para a autora uma atividade de lazer, de modo que os valores e regras locais e da classe se transmitiam de uma geração para a outra.

³¹ Um dos temas retratados pela autora em “A Máquina e a Revolta”.

³² Conjunto habitacional localizado no Rio de Janeiro apontado como um dos principais focos do tráfico de maconha na época em que Alba Zaluar o estudou.

Embora minha pesquisa trate de um estudo sobre uma periferia de uma cidade do interior de São Paulo, acredito que poderá ser comparado aos estudos sobre periferias de grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar de alguns autores discordarem, como é o caso de Ávila (2006), por exemplo, que acredita que as periferias interioranas possuem uma lógica própria, dada à história de implantação desses núcleos habitacionais, seus contingentes populacionais de origem etc., não sendo, portanto, meras reproduções das periferias metropolitanas, pois nelas não há tanta pobreza e nem excesso populacional tal como verificado nas periferias de metrópoles. Porém, penso que podemos encontrar nelas configurações semelhantes no que se refere a sociabilidade. E, sendo as periferias interioranas reproduções ou não das grandes periferias, Durham (1986) já havia apontado, o que em parte ainda vale, sobre a necessidade de ampliar os estudos sobre o fenômeno da periferia em municípios interioranos, pois há na literatura sócio-antropológica um acúmulo de estudos sobre periferias de grandes cidades, capitais, e quase nada sobre as periferias de cidades do interior. A autora fez uma pesquisa em Rio Claro, Marília e São José dos Campos³³ e comparou tais contextos com aqueles encontrados nas grandes cidade.

Voltando ao Gonzaga, para dar maior credibilidade à pesquisa, e para conquistar a confiança das mães das crianças pesquisadas, isso porque acreditava que elas ofereceriam maior resistência em permitir que seus filhos pudessem participar de uma pesquisa, optei, num primeiro momento, por uma aproximação indireta com o bairro, ou seja, preferi chegar a ele por vias institucionais e por outros agentes, tais como educadores e políticos. Depois dessa aproximação indireta é que comecei efetivamente estabelecer um contato mais detido com o bairro e, como escolhi desenvolver esse trabalho pela via Antropológica, segui uma linha metodológica de pesquisa bastante consolidada, que é a pesquisa de campo, conforme justifiquei no início desse texto. Penso que tal descrição preliminar poderá iluminar as escolhas que fiz de antemão e as dificuldades reais que enfrentei no contexto específico de pesquisa.

2. Trajetórias de uma aproximação indireta

A primeira indicação foi me dirigir à Prefeitura Municipal de São Carlos para obter algumas informações sobre pesquisas e dados (demográficos, estatísticos etc.)

³³ As três cidades estão localizadas no estado de São Paulo.

sobre o Gonzaga. Porém, chegando lá, mal fui recebida pelos funcionários que diziam não haver nenhuma informação que pudesse me ajudar, mas depois que revelei minha inserção institucional como aluna da UFSCar³⁴ o tom esquivo e pouco interessado mudou. Sugeriram que eu fosse à Câmara dos Vereadores.

Assim, fui à Câmara dos Vereadores. Quando cheguei procurei conversar com o assessor de um vereador³⁵, pois nesse dia nenhum deles se encontrava no recinto. Esse assessor me recebeu amistosamente, relatando alguns “problemas” enfrentados pelos moradores do Gonzaga e os elencava de maneira mecânica, a pobreza, a violência, o tráfico de drogas, o preconceito sofrido pelos moradores, dentre outros. Classificou o bairro como um “bairro problema” e se ofereceu para me acompanhar na pesquisa, pois segundo ele, não era aconselhável ir sozinha ao bairro, ainda mais na condição de mulher de classe média, universitária. De certo modo, o assessor reiterava a visão negativa que se tem do bairro, embora o conhecesse e retirasse dele as vantagens políticas. Pois, durante a pesquisa de campo fui saber que esse homem trabalhava para o vereador mais votado pelo Gonzaga.

Mas para o bom andamento da investigação sobre a sociabilidade infanto-juvenil no bairro não queria que seus moradores me associassem à figura de um político, indivíduo por demais visibilizado, por que não hostilizado, e do qual se têm opiniões (representações) bastante consolidadas, então achei que deveria fazer isso sem o acompanhamento de “autoridades”.

Esse assessor disse que eu encontraria dados sobre o bairro em um trabalho feito pelo Orçamento Participativo³⁶ de São Carlos, e que talvez pudesse ser útil para a minha pesquisa. Mas, para minha surpresa, quando fui ao Orçamento Participativo fui informada que não tinham nada sobre o Gonzaga, e que a Secretaria de Cidadania é que havia feito um projeto para melhorar as condições de moradia desse bairro. O projeto era intitulado *Programa Habitar Brasil-BID*, desenvolvido por iniciativa da Prefeitura Municipal em 2002 e que ainda estava em fase de implantação³⁷.

³⁴ Aluna do Departamento de Ciências Sociais e na época me encontrava no terceiro ano da graduação.

³⁵ Preferi não mencionar seus nomes para evitar qualquer desavença.

³⁶ Esse órgão foi implantado na cidade de São Carlos em 2000, pelo prefeito Newton Lima do Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com os informativos da prefeitura que foram distribuídos para a população, com o Orçamento Participativo (OP) a população poderia participar das decisões sobre o orçamento público da cidade e garantia de maior acesso à equipamentos e serviços urbanos. Como não pesquisei a fundo sobre esse tema, coloquei as características de sua concepção original.

³⁷ Os objetivos desse projeto serão detalhados no próximo tópico: “Jardim Gonzaga: um breve panorama histórico”.

Assim, entrei em contato com a secretária de Cidadania. Foram três meses de telefonemas e espera, mas enquanto não tinha retorno pesquisava outras instituições que tinham alguma ligação com o bairro (escolas, creches, pastorais). Depois de muita espera, enfim recebi o telefonema da secretária de Cidadania de São Carlos, informando que disponibilizaria o material do Programa Habitar Brasil para que eu pudesse pesquisar.

Quando cheguei à Secretaria de Cidadania fui recebida pela secretária da secretária, que quis conversar comigo antes de me entregar o projeto. Fez muitas perguntas e ressalvas, dentre elas, se eu estava preparada para enfrentar o bairro, pois era muito perigoso e violento e que muitas pessoas que tinham trabalhado em projetos destinados a ele, desistiram devido ao medo que sentiam, e também porque muitos deles haviam sido confundidos com compradores de drogas. Ela também salientou que eu era muito nova para fazer a pesquisa. Parecia que ela queria que eu desistisse do meu projeto, ou talvez me deixar com medo.

Essa conversa retoma o trabalho de Caldeira (2000), em que seus entrevistados se referiam aos moradores de favelas e de cortiços como criminosos, sempre com uma visão estereotipada, preconceituosa. Como se todos que morassem em lugares onde há pobreza estivessem nessa categoria; de criminosos. Pois, para as autoridades e para a própria sociedade o criminoso é visto como a pessoa que vem de espaços marginais e que contribui para poluir a cidade, como escreveu Caldeira (2000). “A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como criminosos”. (CALDEIRA, 2000, p.10). O que contribui, de certa forma, para os discursos sobre o medo, que se baseiam nessas suposições, como é o caso dessa secretária ao falarem sobre os problemas do Gonzaga, produzindo falas simplistas e estereotipadas sobre o mesmo.

O projeto *Programa Habitar Brasil*³⁸ se tornou possível devido um financiamento da Prefeitura Municipal de São Carlos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “cujo objetivo principal é revitalizar áreas degradadas econômica e socialmente”. (SANTOS, 2005). Esse programa de urbanização integrado visava a implantação de projetos integrados de urbanização de assentamentos precários e/ou ilegais e de recuperação ambiental nessas áreas, intervindo nas moradias de risco,

³⁸ Todos os dados mencionados foram retirados do Programa de urbanização integrado volume 3: trabalho e participação comunitária, maio de 2002. Nesse projeto faltavam informações óbvias, como o número de habitantes do Gonzaga, aliás, nem no IBGE pude encontrá-lo.

removendo e remanejando famílias procurando manter os laços de vizinhança³⁹, e pagariam pelas novas casas aqueles que estivessem em situação irregular, como por exemplo, em áreas invadidas. A área de intervenção desse projeto era a favela do Gonzaga e Vila Monte Carlo, bairros unidos territorialmente. Foi constatado que quinhentas famílias, duas mil e trinta e cinco pessoas precisariam mudar de casas⁴⁰.

O bairro começou a ser ocupado na década de 70 e as áreas ocupadas por trabalhadores não só de São Carlos, mas principalmente de outras regiões, Sul e Nordeste, por exemplo, sendo que grande parte era subempregado ou desempregado sem condições de alugar casas em outros bairros da cidade. Assim, a ocupação foi se desenvolvendo na forma reconhecida de favela. Por isso muitas casas foram construídas em locais de riscos e em locais de mananciais, atualmente contaminados. A construção das casas obedeceu as regras da autoconstrução, familiares, amigos e vizinhos se ajudaram, e dessa forma “através da troca de saberes, experiências e trabalho, as casas vão sendo paulatinamente construídas e relações sociais estreitadas ou rompidas, no refazer contínuo das redes sociais no local”. (GUEDES, 2006, p. 147). O bairro recebeu o nome de Gonzaga porque, segundo os moradores, o fundador e primeiro morador do bairro se chamava “Seu Gonzaga”.

2.1 O universo do bairro visto pelo “de fora” e pelo “de dentro”⁴¹

Ainda do ponto de vista institucional procurei a escola mais próxima do bairro. Na verdade, era uma abordagem de pesquisa que já havia começado, mas que foi interrompida devido ao telefonema da secretária de cidadania. Então, entrei em contato a diretora dessa escola, Dona Lourdes, e expliquei um pouco sobre meu projeto, a importância de se estudar sobre o lazer e a sociabilidade infanto-juvenil, e mencionei meu interesse em relação às crianças e aos jovens do Gonzaga, já que ela era a diretora da escola mais próxima ao bairro, e que talvez pudesse me ajudar. Então marcamos uma entrevista.

³⁹ Sabemos que isso é praticamente impossível devido a quantidade de pessoas que precisariam sair de suas casas.

⁴⁰ Os moradores, tal como constatei, saíram de suas casas e se comprometeram a morar nos prédios construídos para abrigar essas famílias removidas. Porém, sublocaram seus apartamentos e voltaram a morar próximo de onde suas casas foram removidas, pois nos prédios não havia espaço para o número de moradores da casa e nem dava para ter criação (porco, galinha) e ficavam longe dos amigos.

⁴¹ “De fora” refiro-me às pessoas que não moram no bairro ou àquelas que moram no bairro, mas que não se sentem parte dele. “De dentro” refiro-me aqueles que moram no bairro.

Assim que cheguei, me alertou que poderia falar comigo apenas por alguns minutos, mas já começava a me acostumar com essas esquivas que a pesquisa nos proporciona. Lourdes disse que havia uma evasão escolar muito grande, pois as crianças precisavam trabalhar para ajudar os pais, mas também que havia pouco interesse para os estudos e os pais não incentivavam os filhos, tornando a situação ainda mais complicada. Em sua opinião, os alunos iam à escola para “passear”, e que o espaço da escola servia como um tipo de lazer, para fazer amigos e namorados. Além disso, segundo essa educadora, os pais e as crianças viam a escola como obrigação, pois caso as crianças não frequentassem a escola, os pais não recebiam o Bolsa Família⁴², um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficiava famílias em situação de pobreza para ampliar aos cidadãos aos seus direitos sociais básicos, em especial os relativos a saúde e a educação. Para receber esse auxílio, uma das condições era que a criança frequentasse a escola, caso contrário os pais não recebiam o dinheiro. Segundo Dona Lourdes, muitos pais deixavam seus empregos quando passavam a receber o Bolsa Família, pois como tinham vários filhos e recebiam dinheiro com esse programa preferiam ficar em casa sem trabalhar, pois o dinheiro ganho através do Bolsa Família era suficiente para o sustento da casa. Essa era mais uma visão preconceituosa e de senso comum da educadora, pois em toda pesquisa não encontrei no bairro famílias que haviam abandonado seus trabalhos ou empregos para viverem do Bolsa Família, esse programa era uma renda a mais para as famílias.

Dona Lourdes enfatizou que ocorriam muitas brigas e que os alunos eram muito agressivos ao mesmo tempo em que eram muito carentes. Outro dado muito relevante, dito pela diretora, e que aponta para as representações que os próprios moradores fazem do bairro, foi a de que eu não deveria denominar o bairro como Jardim Gonzaga, como eu fazia até o momento, mas “favela do Gonzaga⁴³”, pois na visão dos alunos, isso confere certo *status*, remetendo a identidade/orgulho. Os jovens da favela se utilizam dessa classificação para levantarem a bandeira do bairro, para que através das músicas que criam para o grupo de *rap* “Sem medo do Medo”, existente na favela, possam mostrar para outras pessoas o que eles pensam e como vivem. Assim, essa idéia de identidade e orgulho é todo o arcabouço simbólico que hoje mobiliza os jovens via hip hop e outras manifestações que repensam a noção de periferia. Para exemplificar:

⁴² Criado pelo Governo Lula.

⁴³ Como já mencionei utilizando Guasco (2000) no início desse capítulo.

“Cada vez mais, a periferia toma conta de tudo. Não é mais o centro que inclui a periferia. A periferia agora inclui o centro. E o centro, excluído da festa, se transforma em periferia da periferia... O Central da Periferia⁴⁴ não quer falar por esses ídolos e projetos periféricos, mas sim amplificar as múltiplas vozes da periferia, para que elas converseem finalmente com o Brasil inteiro. Você não precisa gostar de nada do que o Central da Periferia vai mostrar. Você só não pode ignorar que isso tudo está acontecendo, e que essa é a realidade cultural da maioria, em todo o Brasil”. (Hermano Vianna, jornal Lance! 08/04/2006)⁴⁵

O interessante é que a escola ficava a menos de um quarteirão do bairro, onde a maioria dos alunos morava, mas Lourdes disse que nunca havia “descido lá”. Assim, deixou claro o seu não pertencimento ao local e a perpetuação do estigma, embora falasse com uma educadora.

Para finalizar meus contatos indiretos com o bairro, tinha que me aproximar daquele que, no momento, julgava muito importante, a Pastoral da Criança, pois através dela a relação poderia tornar-se direta e meu primeiro passo nessa direção foi ir à casa de Tereza, a responsável pela igreja do bairro, com quem havia conversado em minha primeira visita. Ela poderia apresentar-me a chefe da pastoral, Dona Cássia.

Quando fui à casa de Tereza, ela pediu que sua afilhada me acompanhasse à casa de Cássia. Porém, esta não estava, mas sua filha deu o número do telefone da casa para que eu pudesse entrar em contato.

Então, chegou o dia de encontrar-me com a chefe da Pastoral do bairro, Dona Cássia, que me contou toda a história da Pastoral da Criança, quando surgiu e como funcionava. O intuito maior dessa Pastoral era alimentar crianças desnutridas ou abaixo do peso de zero a seis anos e, depois que elas conquistavam o peso ideal, ela e suas ajudantes, faziam um controle mensal do peso das crianças.

Além disso, a Pastoral oferecia cursos para gestantes, explicando tudo aquilo que se devia fazer e como cuidar de um bebê. Mas Dona Cássia disse que apesar da quantidade de adolescentes grávidas no bairro, eram poucas as que queriam alguma informação e, que nenhuma menina se cuidava, e mais: *“alguém precisava combater as adolescentes, elas engravidam muito”* (palavras de D. Cássia).

⁴⁴ Programa apresentado por Regina Casé transmitido pela Rede Globo de Televisão. Esse programa era transmitido uma vez por mês aos sábados à tarde no ano de 2006.

⁴⁵ Hermano Viana escreveu esse texto que saiu na contra capa de diversos jornais, falando sobre o Programa Central do Brasil, apresentado por Regina Case na Rede Globo de Televisão. Em cada programa uma periferia do Brasil era retratada, evidenciando os aspectos positivos de cada uma dessas periferias não a pobreza.

Relatou também que já tinha visto muita coisa durante todos os anos em que estava na Pastoral, que tinha muitas “*mães porcas*” e “*sujas*” que não cuidavam da higiene dos filhos. “*Não é porque é pobre que tem que ser sujo, né?*” (palavras da mesma informante).

Em sua opinião, a maioria dos pais não se importava com a educação dos filhos, e que além de bagunceiras, as crianças eram muito carentes, o que tornava mais fácil minha primeira aproximação com elas e, que as mães em nenhum momento iriam se opor, pois as crianças só ficavam na rua, o que segundo Cássia era a pior coisa que existia. Cássia mora no bairro há mais de vinte anos, porém, como sua casa fica localizada há uma quadra do “descidão”, em uma das ruas asfaltada há bastante tempo, ela se considera “diferente” das outras pessoas que moram no bairro. “*Tem de tudo lá em baixo, ladrão, bandido, assassino, traficante, também tem trabalhador, mas eu não me misturo*”. (palavras de D. Cássia).

Embora pertencendo territorialmente ao bairro e atuando sobre ele, em sua visão, ela está fora do bairro. Estabelecendo assim, uma distância simbólica em relação ao bairro, porque mesmo morando no Jardim Gonzaga não se sente parte dele. Em todas as nossas conversas, ela enfatizou os aspectos negativos do bairro, como a violência, o perigo, o tráfico de drogas, a presença de criminosos. Dizia que “lá embaixo” as pessoas só ficavam nas ruas, fazendo fofocas, mas que ela não, que só ficava em sua casa cuidando de sua família. Ela se considera superior aos outros moradores e não tem outro contato com eles a não ser pela Pastoral, porque através desse projeto de alguma forma contribui para melhorias no bairro.

Diferente do que propôs Magnani (2003), aqui não encontramos o pertencimento ao “pedaço” por parte dessa moradora, já que “a noção de pedaço (...) supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles”. (MAGNANI, 2002, p. 20). Diverso do comportamento de Dona Cássia, pois para ela não há “um manejo de um código comum, laços de vizinhança, preferências esportivas e de lazer”, evidenciando assim um não pertencimento, compartilhamento de valores e nem vínculos de sociabilidade. Ela estabeleceu assim, uma distância moral em relação a favela do Gonzaga, pois mesmo morando no bairro há trinta anos ela não traz em si mesma sinais de pertencimento, conforme nos remete a noção de pedaço. Dona Cássia apenas atua sobre a favela, mas não desenvolve outras relações além dessa.

Dessa forma, depois de ter tido contato com as instituições referidas e com uma moradora do bairro que ocupava certa posição institucional, poderia iniciar de fato minhas pesquisas de campo. Pois havia obtido algumas informações que poderiam me orientar no início da pesquisa e muitas ressalvas sobre o bairro, como as visões estigmatizadas e o distanciamento por parte dos representantes institucionais, que sempre enfatizavam os aspectos negativos do bairro, como a violência, o perigo, o tráfico de drogas e a presença de bandidos.

CAPÍTULO 3 – A FAVELA DO GONZAGA

1. Um bairro periférico

Assim, fui à casa de Dona Francisca conforme a chefe da Pastoral havia me indicado. Quando cheguei à sua casa, Dona Francisca estava na garagem. Ela tinha um semblante sério e foi um pouco ríspida também, mas disse que eu poderia fazer meu trabalho em sua casa sem nenhum problema, porque eu seria útil para ajudar a “tomar conta das crianças⁴⁶”. Mas pediu para que eu voltasse na manhã seguinte⁴⁷, pois as crianças iam para a escola na parte da tarde.

Porém, quando eu estava esperando o ônibus para retornar à minha casa⁴⁸, uma mulher se aproximou e começou a conversar comigo, seu nome era Madalena e morava no bairro há dezoito anos. Começamos a conversar e ela perguntou o que eu fazia no bairro, coisa que todos perguntavam. Expliquei para ela um pouco sobre minha pesquisa e ela comentou muitas coisas sobre o bairro, e a o todo momento dizia que faltavam muitas coisas, mas que o bairro havia melhorado muito. Essa era uma visão consensual dos moradores, pelo menos com os quais conversei, enfatizavam as melhorias conquistadas pelo bairro: algumas ruas foram asfaltadas, a presença de uma creche no bairro, a construção da “igrejinha”, uma Igreja Católica aonde as crianças tinham aulas de catecismo, o futuro Posto de Saúde da Família, as casas de alvenaria e até a percepção de que a violência havia diminuído. Inclusive, essa questão do progresso material é um dos pontos tratados no texto de Teresa Caldeira (2000), em que a referência ao progresso do bairro era muito comum e freqüente nas falas dos moradores, como também pude constatar no Gonzaga.

Um fato muito interessante que Madalena disse foi sobre a necessidade de reeducar as crianças do bairro, porque estas viviam nas ruas, o que na sua visão não era bom e por isso não permitia que suas filhas saíssem de casa. Pelo que havia percebido

⁴⁶ Isso será mais bem explicado ao longo do trabalho.

⁴⁷ A manhã seguinte era dois de fevereiro de 2005.

⁴⁸ Cabe aqui uma ressalva. Eu ia de ônibus ao bairro e todas às vezes que ia “descer” no bairro, os motoristas indagavam se eu ia mesmo “descer” naquele bairro. E o mesmo acontecia com os cobradores do ônibus, pois me perguntavam o motivo de ir tantas vezes ao bairro. Logo, tanto motoristas como cobradores, nutriam certo receio pelo bairro. Com o passar dos anos a situação havia mudado, pois eu passei a conhecer todos os motoristas e cobradores daquela linha de ônibus que conversavam bastante comigo até me deixarem no bairro, porém sempre me questionavam se esse trabalho valia a pena, pois aquele bairro já estava perdido.

em apenas três incursões no bairro, havia muitas crianças brincando nas ruas do Gonzaga.

Fomos conversando durante todo o trajeto do ônibus e quando eu desci, ela disse que estaria me esperando na manhã seguinte para tomarmos um café e para que eu pudesse conhecer seu marido e suas filhas.

Assim, fui à casa de Madalena como havia combinado. Fui bem recebida por todos, que disseram estar à minha espera. A conversa foi se desenrolando de uma maneira muito boa e bem informal e os temas eram as dificuldades, problemas e alegrias na vida. Madalena fazia sabão em pedra para vender e também trabalhava como empregada doméstica e seu marido era aposentado por invalidez, pois foi atropelado no próprio bairro, o que o deixou sem condições para trabalhar porque não conseguia caminhar sozinho. Porém, ele fazia cela para cavalos como terapia indicada pelo médico e para ajudar no orçamento familiar. Na casa também morava um cunhado de Madalena que trabalhava como servente de pedreiro para ajudar com as despesas da casa.

Outro fato interessante é que eles fizeram questão de ressaltar que não mantinham vínculos com o bairro, pois só eram amigos de uma família, apesar de morarem no local há bastante tempo, e também enfatizaram que não permitiam que suas filhas brincassem na rua ou frequentassem a casa de alguém, pois as crianças dali não tinham educação nem formação familiar e eram “mau exemplo” para suas filhas. Portanto, assim como Dona Cássia⁴⁹, essa família não tinha relações de amizade nem de vizinhança com o bairro. Este não era para eles um local de sociabilidade, um local a que se sentiam pertencidos, pois não tinham laços com o bairro. *“Morar aqui não é nada bom, mas todo mundo respeita minha família, eles sabem que é honesta”* (palavras de Madalena). Eles justificaram que morar no Gonzaga não havia sido da escolha deles, mas que era a única opção, devido os aluguéis baratos e facilidade de compra da casa. A intenção do casal era morar no bairro alguns anos para “juntar” dinheiro e comparar uma casa melhor em outro bairro da cidade, mas devido o acidente do marido, o rendimento da família diminuiu ficando impossível se mudar do bairro, pois era Dona Madalena que sustentava a casa.

Esse fato me aproxima das abordagens etnográficas de Cláudia Fonseca (2000) em Porto Alegre nos anos 80 e 90 sobre dois bairros de Vila do Cachorro Sentado e Vila São João. O primeiro bairro, segundo a autora, é muito pobre e em sua etnografia retrata

⁴⁹ Conforme salientei no capítulo anterior.

as dificuldades enfrentadas pela população local e sobre os processos de ajuda mútua que são estabelecidos entre os moradores. A autora fez uma grande análise sobre o estudo familiar, do papel do homem como procriador e sobre sua obrigação de prover o lar, pois quando uma mulher trabalha e sustenta a família o homem é mal visto pelos vizinhos, o que afeta a honra e o prestígio do homem. A mulher deve ser uma mãe devota e uma dona de casa eficiente, pois esses são os seus papéis, o trabalho fora de casa é para os homens.

Neste bairro a violência é um tanto quanto aceita pelos moradores, pois a força física é um elemento importante na organização da vila. Outro assunto interessante que a autora traz em seu texto é a fofoca, uma linguagem que estrutura algumas relações na vila, muito veiculada na fala das mulheres. A fofoca envolve o relato daquilo que as pessoas imaginam ou de coisas reais sobre o comportamento alheio. Além disso, a autora relata sobre as famílias chefiadas por mulheres e sobre o sistema matrifocal, em que a mulher passa a ser o centro das decisões familiares, como é o caso mencionado anteriormente, de Dona Madalena.

“O termo “família chefiada por mulher” tem sido empregado para designar unidades domésticas de mulheres sem marido ou, havendo marido, aquelas onde são maiores: o número de consangüíneos matrilaterais, ou simplesmente, a influência feminina nas redes de ajuda mútua”. (FONSECA, 2000, p.61).

Mas retomando o universo da minha pesquisa, o marido de Madalena não se aproveitava da situação de sua mulher, que provia o sustento da família, ele a ajudava como podia, com pequenas atividades domésticas e entregava à ela todo o dinheiro de sua aposentadoria e das celas que conseguia vender, diferente do que Fonseca (2000) encontrou em seu estudo, pois na Vila do Cachorro Sentado, as mulheres não queriam trabalhar fora de casa porque ao fazer isso seus maridos deixavam de trazer dinheiro para casa e ficavam mais exigentes com elas e também não as ajudavam, oposto ao que acontece na casa de Madalena. Nesse caso, não há uma “ética do provedor” (ZALUAR, 2000), mas “arranjos” para prover a família.

Já na Vila São João, o segundo bairro estudado por Fonseca (2000), há uma heterogeneidade socioeconômica muito variada, diferente do primeiro, composto em sua maioria por uma população muito pobre. Mas esse bairro é multifacetado, têm “ricos” e “pobres”. Dentro do bairro, são considerados pobres aqueles que vivem nas malocas (habitações miseráveis) e ricos aqueles que vivem em casas de alvenaria. Mas é

consensual o fato de todos, tanto ricos como pobres, quererem “subir na vida”, isto é, ascender na escala social.

Durante todo o relato sobre essa vila, enfatizou as disputas entre os moradores do bairro, pois estes querem diferenciações; os ricos não querem ser confundidos com os pobres e os pobres sempre se recusando a ter contato com os ricos. É uma disputa pelo bairro e pelo prestígio, pois é necessário diferenciar-se “do outro”. Da mesma forma em que em minha pesquisa Madalena relatou ao dizer que não se sentia parte do bairro e que sua família era diferente das outras. *“Não consigo me adaptar aqui. É uma justaposição, uma malocagem. Não saio nunca. Para fazer rancho, espero meu marido, que me leva de carro. Não me dou com os vizinhos. Nenhum deles”*. (FONSECA, 2000, p.98).

Assim, para Madalena, a maioria dos que vivia no bairro não prestava e era “sem-vergonha”, mas ela não tinha medo de ninguém: *“O que mais tem aqui é safado, ladrão e gente que não presta, é um horror”*. Novamente aparece aqui a questão do distanciamento simbólico, pois apesar de morar no bairro ela não se sentia parte dele, retomando novamente a mesma concepção que a chefe da Pastoral tem do Gonzaga.

No meio da conversa sua filha Danila, de dez anos, começou a falar sobre o que mais gostava de fazer, que era assistir televisão, já que não era permitido a ela ficar na rua. A menina listou em um pedaço de papel tudo que gostava e não gostava de fazer. Suas preferências eram jogar futebol, assistir televisão, como foi dito anteriormente, jogar vôlei, brincar de boneca, de casinha, ouvir música, porém não gostava de estudar ou arrumar a casa, mas tinha que ajudar com essa tarefa, pois sua mãe trabalhava fora, e a casa ficava sob sua responsabilidade. Assim, cabia a ela não apenas estudar ou brincar, mas também auxiliar nas tarefas domésticas. Durante minha pesquisa fiz visitas constantes a essa família para conversar com as meninas já que nunca as encontrava na rua. Essa família não compartilhava os valores e nem tinha laços de vizinhança com o bairro e pareciam compartilhar de certa forma com as visões preconceituosas do bairro, perpetuando o estigma, apesar de morarem no Gonzaga.

2. O universo das crianças

Por outro lado, na casa de Dona Francisca moravam quinze pessoas, sendo que nenhuma delas trabalhava. Só fui perceber este fato no meio da minha pesquisa, pois

estava tão concentrada nas crianças que não havia parado para pensar a respeito. Mulher, marido, filhos, enteados, noras, cunhados, primos, amigos, enfim, todos no mesmo espaço. Uma casa em que nunca me convidaram para entrar, o que me deixava bastante intrigada, porém mais tarde fui saber que essa casa era uma das “bocas de fumo” mais famosas no bairro.

A parte que eu podia conhecer era a área da frente, lugar em que foi feita grande parte da minha pesquisa, pois foi aqui que tive meus primeiros contatos com as crianças e com outros moradores do bairro. Quando eu cheguei, no dia combinado com Dona Francisca, as crianças já estavam avisadas de que eu iria e chamaram outras para que também pudessem “brincar”. Fui recebida com muito entusiasmo e não sabiam o que fazer para despertar a minha atenção.

Para poder me aproximar das crianças resolvi levar papéis e lápis, pois desta forma eu poderia conquistar alguma confiança e observar o que desenhavam e também estabelecer um contato mais espontâneo. “Tendo o desenho em mãos, o pesquisador pode pedir às crianças que os comentem, ou mesmo que elaborem histórias a seu respeito”. (CONH, 2005, p. 46). O que deu muito certo, pois conforme desenhavam, elas iam conversando comigo, embora algumas ainda hesitassem.

Um fato relevante foi observar que desenhavam seu universo mais imediato que estava a sua volta. O primeiro desenho que Heitor fez foi um homem assaltando um banco para comprar maconha, o que me deixou, de início, um pouco apreensiva. As crianças costumavam fazer também muitos desenhos de tatuagens, o que me colocou numa situação desconfortável durante toda a pesquisa de campo. Isso porque numa ocasião eu estava sentada e o filho mais velho de Dona Francisca, observou que eu tinha uma tatuagem e começou a me dizer que a maioria das pessoas achava que ter tatuagem era coisa do demônio, ou mesmo ter o próprio demônio no corpo e que outras pessoas acreditavam ser coisa de presidiário ou de mulher que não prestava. Isso fez com que todos os dias que eu ia ao bairro, as crianças pedissem para ver minha tatuagem e, quando passeávamos pelas ruas, as meninas diziam para eu mostrá-la para os homens que ali ficavam.

Logo fui identificada pelo termo classificatório “tia” e a todo o momento as crianças queriam me beijar, abraçar, pentear meus cabelos. Assim, logo fui aceita e acabei me tornando uma amiga para as crianças, que sempre me queriam por perto. Esse termo nativo “tia”, ora revelava a consideração por alguém que se está próximo e com quem sustentavam um apego, pois, “tio” e “tia” são comumente utilizados no

tratamento com adultos e servem não apenas para diminuir a distância imposta pela idade ou função dessas pessoas, como ademais para estabelecer, com elas, algum tipo de relação preferencial” (MAGNANI, 2003, p. 116), ora significava afastamento, pois certa vez as crianças estavam brincando com cal e começaram a passar no rosto. Depois de pintadas disseram que estavam parecidas comigo e ficaram andando pintadas de branco pelo bairro e, evidentemente, os moradores observaram e riram da situação.

Isso tudo transpareceu certa rejeição a minha pessoa, pois exibiam em seus corpos e gestos que acompanhavam a “máscara”, os sinais da diferença e, portanto, rejeitavam aquilo que eu representava: “Cor surge, assim, a um só tempo, como regra de integração, mas também como forma de distinção”. (SCHAWAREZ, 2007, p. 21).

Diversas vezes em situações corriqueiras de conflito e no meio das discussões diárias que travavam comigo, porque achavam que eu “protegia” ou “dava mais atenção” a uma ou outra criança, me acusavam de “branquela”, falavam que tinham “nojo” de mim e que não era mais para eu aparecer no bairro, mas logo em seguida se desculpavam e me tratavam com carinho.

No início da pesquisa muitas crianças se reuniam comigo e com o passar do tempo totalizaram umas vinte, o que tornou o trabalho de campo mais ampliado e sistemático, pois assim pude ter um contato ainda mais direto e permanente com as mesmas pessoas. O regime de confiabilidade possibilitou um destravamento maior nas relações e possibilitou maior abertura aos temas considerados pessoais. Muitas das meninas conversavam comigo a respeito de sexo. Elas me contavam sobre suas experiências, que se iniciavam em torno dos dez anos, e diversas vezes me pediam conselhos sexuais, também me contavam sobre o uso de drogas, quando haviam fumado maconha pela primeira vez, quem a oferecia, sobre as dificuldades familiares, entre outras coisas.

Esse grupo⁵⁰ era formado por meninos e, na maioria, meninas que brincavam juntos, dadas às proximidades da vizinhança. Termo este, que segundo autores como Park (1987), constitui uma unidade social que gera padrões e condutas e que desperta um sentimento de pertencimento ao lugar. Portanto era dentro deste grupo que se dava a sociabilidade dessas crianças⁵¹, até porque grande parte delas freqüentava a mesma escola, sendo que algumas estavam na mesma classe. A faixa etária variava de cinco a

⁵⁰ Utilizo a palavra grupo apenas para me referir as crianças com quem eu tinha mais contato em minha pesquisa de campo.

⁵¹ Já mencionei que utilizo os conceitos de Simmel (1983) ao falar de sociabilidade.

doze anos, mas todas brincavam juntas, estabelecendo certas hierarquias dentro do grupo. As mais velhas escolhiam a brincadeira e as outras tinham que aceitar e participar, caso quisessem permanecer no grupo, senão ficavam de fora, apenas olhando. Na minha presença, toda vez que decidiam alguma brincadeira eu tinha que participar. Dentro desse universo infantil, formado por relações de vizinhança, as brincadeiras mais comuns eram polícia e ladrão, corre lenço, pega-pega, boca de forno, bolinha de gude, empinar pipa, casinha, boneca, brincadeira do silêncio, entre outras.

Em todas as brincadeiras aconteciam muitas brigas. Certa vez as crianças decidiram fazer um concurso de desenhos e queriam que eu fosse jurada, mas não aceitei, pois achei melhor que outra pessoa o fizesse, acreditando evitar possíveis confrontos. Pedi para que Daniela, uma menina de doze anos, participasse em meu lugar. Todas desenhavam entusiasmadas e queriam saber logo do resultado. O desenho escolhido foi de Priscila, nove anos, que levantou e começou a comemorar. Diante disso, André, sete anos, foi ao encontro dela e lhe deu um soco na boca e disse que sua mãe era uma “vagabunda”, pois “dava” para todo mundo e que tinha catorze filhos de pais diferentes. A boca da menina começou a sangrar e ela chorava muito, mas apenas pediu água para limpar o machucado e em seguida voltou a comemorar sua vitória e disse: *“pode mexer comigo, mas não mete minha mãe no meio”*.

Diferente do esperado por mim, ela não saiu pedindo socorro para sua mãe ou para seu pai, nem sequer mencionou seus nomes. Este fato me levou a suspeitar da hipótese de que muitos dos conflitos que acontecem na rua as crianças resolvem ali mesmo, sem nenhuma interferência mais direta dos adultos, o que revela uma autonomia que, no plano etnográfico confirma as hipóteses trabalhadas pelos autores que tratam do universo infantil, ou seja, de que ali se constroem sistemas de ordenação do mundo que não simplesmente mimetizam ou estão à mercê do universo adulto. Isso confirma também que as crianças são diferentes de acordo com seu contexto social, talvez uma criança moradora de condomínios (Saraiva, 2007), pedisse a intervenção de um adulto, já que têm cuidados em demasia e são bastante dependentes de seus pais. Quando perguntei a ela sobre o fato dela não ter ido pedir ajuda de seus pais, ela responde: *“acha tia, se chamasse eles, eu ia apanhar mais ainda”*.

Num outro dia o mesmo fato se repetiu. Dois meninos começaram a brigar por causa de uma bicicleta, pois um havia ficado mais tempo andando com a mesma. Um dos meninos tirou um canivete do bolso e ameaçou furar o pescoço do amigo. Começou aquela gritaria, uns dizendo para parar e outros torcendo pelo pior. Tudo terminou bem,

pois uma menina de oito anos conseguiu pegar o canivete. Mais uma vez, ninguém ameaçou chamar os pais. Eu fiquei muito apreensiva com a situação, não sabia o que fazer porque era a primeira vez que presenciava esse tipo de entrevero mais sério, mas fui me adaptando e percebendo que as crianças do Gonzaga gozavam de certa “liberdade” e se responsabilizavam por tudo o que aconteciam a elas quando estavam na rua.

Com elas utilizei-me do recurso lúdico dos desenhos para ampliar o espaço representacional de observação, pois “tendo os desenhos em mãos, o pesquisador pode pedir às crianças que os comentem, ou mesmo que elaborem histórias a seu respeito”. (COHN, 2005, p. 46). Proporcionando assim um maior rendimento dos dados, pois várias vezes enquanto as crianças desenhavam, me contavam sobre suas famílias e sobre os conflitos familiares. Algumas elogiavam a maneira com que seus pais as tratavam, mas a maioria reclamava de alguma coisa. As reclamações e demandas eram as mesmas: não queriam ajudar nas tarefas domésticas nem apanhar por qualquer motivo.

“Eu num gosto da minha mãe. Ela gosta de roubar. Quando ela sai da cadeia não fica um dia fora porque já sai roubando. No meu aniversário ela sempre manda uma cartinha lá da cadeia pra mim, mas eu não gosto dela. Uma vez tia, quando eu era pequenininha ela tentou me matar enfiando um saquinho plástico na minha cabeça, mas minha tia não deixou. Ela queria que eu morresse. Hoje quem cuida de mim são meus padrinhos, mas estou sempre com meu pai que você conhece. Mas ele está sempre bêbado e eu não suporto isso”. (Francini, nove anos).

Outro depoimento é de Bernardo, nove anos, que tem quatro irmãos. Ele dizia que sua mãe era muito nervosa e que ele e seus irmãos apanhavam todos os dias, principalmente seu irmão menor que tinha dois anos. *“Minha mãe espanca ele tia, ela fala que ele tem o demônio no corpo, ele vai apanhando da sala até o quarto”.* Luiz Fernando Duarte (1986) fez um trabalho muito interessante sobre os processos de subjetivação focando as classes trabalhadoras a partir da linguagem do nervoso. Para ele as representações em torno dos nervos tecem a ligação entre o corpo físico e o moral, definindo a pessoa nervosa e, além disso, mostrou que o sistema nervoso era um bom lugar para fazer uma analogia com as classes sociais, pois cada classe estabelece um tipo de relação com o corpo. Como foi o caso desse menino que justifica o comportamento da mãe por ser muito nervosa, atributos morais viabilizados por um determinado comportamento físico.

As crianças relatam sobre suas vidas não poupando os detalhes e trazem com clareza a rede de relações que estão inseridas. Laura, seis anos, conta que seu irmão estava internado numa “clínica de drogados”, mas que ele era um menino muito bom, mas que a favela e suas companhias tinham deixado ele viciado. “Qualquer que seja a classe social, as pessoas parecem compartilhar da idéia de que más influências se propagam facilmente”. (CALDEIRA, 2000, p.95). Conforme salientou a menina. “*Ele fumava maconha e cheirava pó, ele fedia pó ficava louco todo dia*”. Ficamos conversando por um longo tempo e as crianças sabiam de tudo aquilo que se passava no bairro e a maioria dos fatos de que tomava ciência vinham de seus relatos, ativas observadoras e partícipes das redes de relações sociais que configuram a vida do Gonzaga.

Conversamos sobre quem estava preso, quem estava foragido, quem era traficante e sempre se reportando aos “outros” como traficantes ou ladrões, poupavam os próprios pais, num duelo verbal contrastivo que muitas vezes acaba expondo os pais a partir dos conflitos deflagrados, tal como vimos mais acima. Essa cumplicidade dos filhos com os pais foi trabalhada por Fernanda Bittencourt Ribeiro (2007) ao analisar como as crianças residentes, sob determinação judicial, numa instituição de proteção à criança, localizada na ilha d’ Yeu, na França, se posicionam na situação em que seus pais estão sob suspeita em relação à capacidade de educá-los. As crianças do Centro Autogestado de Vela e Animação Local (CAVAL)⁵² frequentam as mesmas escolas que outras crianças residentes da ilha e são estigmatizadas por morarem na instituição e por terem os pais como suspeitos. Por isso são vítimas de muitos falatórios e brincadeiras na escola, em que outras crianças falam mal de suas mães. As crianças do CAVAL, por sua vez, saem em defesa das mães, mesmo conhecendo a situação. No Gonzaga as crianças também aparecem como cúmplices de seus pais, pois acusam o pai dos outros e protegem os seus, tanto é que nenhuma criança me falou que seus pais eram traficantes.

Voltando ao Gonzaga, depois de conversar, as meninas foram me ajudar a guardar os materiais escolares que eu levava no bairro para as crianças desenharem. Percebemos muitos materiais tinham “desaparecido”. Fiquei muito chateada porque nunca esperava que as crianças fizessem isso, não pensei que fossem capazes de me roubar e as crianças me advertiram: “*É tia, aqui na favela é assim, tem que ter cuidado senão os meninos levam tudo*”. Nesse momento percebi que as crianças interiorizam os

⁵² Instituição de proteção a criança.

estereótipos dados às pessoas moradoras do bairro, assim como fizeram os *outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000), pois em certos momentos retomam essa classificação para justificar o comportamento de algumas pessoas que moram no Gonzaga.

2.1 O cotidiano das crianças

Depreende-se na observação do cotidiano que as crianças do bairro adquirem a responsabilidade de um adulto e embora freqüentem a escola, participam ativamente do trabalho doméstico, partilham dos conflitos familiares, presenciam o movimento do tráfico que ocorre no bairro e/ou até mesmo dentro de suas próprias casas. Além disso, essas crianças têm uma iniciação sexual precoce para os padrões contemporâneos, que acontece por volta dos dez anos, e gozam de uma “liberdade” verificada num sistema moral e de atitudes em que o ir e vir sem dar satisfações aos pais as colocam diante de certos dilemas, tais como as brigas na rua e a resolução de pequenos conflitos.

Antes de poderem ir às ruas para brincar muitas crianças precisam auxiliar no trabalho doméstico, pois algumas mães trabalham fora, outras não trabalham, mas deixam as filhas encarregadas dessas atividades. Além de cuidarem da casa algumas meninas cuidam dos irmãos menores também, os buscam na escola, fazem comida e ficam a tarde toda cuidando deles enquanto suas mães fazem qualquer outra coisa. Diversas vezes presenciei as mães chamando suas filhas para limpar a casa ou para fazer comida. As crianças atendiam aos pedidos, porém sempre reclamavam porque desejavam continuar brincando. Algumas vezes minha presença atrapalhava o cotidiano de algumas mães, pois as filhas deixavam de fazer suas obrigações para ficar o dia comigo, o que me colocava em péssima situação, pois conversava com as crianças para cumprirem seus afazeres e depois voltarem para “brincar”. Assim, não cabia as crianças, as meninas principalmente, que mais ajudavam em casa, apenas os estudos e o lazer como vemos talvez, em outras camadas sociais. No Gonzaga as crianças têm obrigações domésticas também. Aqui elas não são cercadas de mimos, “paparicações”, proteção, mas são misturadas ao mundo dos adultos. A família não “reorganiza-se em torno da criança e nem⁵³ ergue entre ela mesma e a sociedade o muro da sociedade privada” (ABRAMO, 1994), como podemos ver, isso parece relativizar outras experiências infanto-juvenis verificadas em outras camadas sociais, onde o universo infantil é repleto

⁵³ Grifo meu.

de cuidados especiais, conforme exemplifiquei no capítulo I com as crianças moradoras de condomínios fechados, em que são separadas do mundo e cercadas de cuidados e proteções.

Devido ao papel que muitas das meninas desempenham no meio doméstico, tratar das refeições, cuidar da arrumação da casa, lavar e passar roupas, cuidar dos irmãos menores, ir à mercearia para os pais, elas acreditam que também possam constituir sua própria família, afinal já experimentam a vida adulta. Embora variando entre nove e doze anos, diziam que se encontravam no direito de terem seus “namoros”, pois como faziam tudo que um adulto fazia porque não transar. Essas meninas me contavam sobre suas experiências sexuais e me pediam conselhos e muitas vezes diziam que tiveram sua primeira vez com um homem de mais de vinte anos, além de me contarem que faziam “besteirinhas” com seus amigos e irmãos.

Crianças ajudando na família não é um tema novo, desde muito tempo as crianças auxiliam nos trabalhos domésticos e se misturam aos adultos, como já nos mostrou Áriès (1978). As crianças das famílias tradicionais, das famílias camponesas sempre tinham suas obrigações no ambiente doméstico. Atualmente, nas classes médias e altas não vemos esse papel desempenhado pelas crianças, porém, nas classes populares é imperativo que todos auxiliem na manutenção da casa.

Emilene Leite de Sousa (2007) fez um trabalho sobre a infância camponesa do sertão da Paraíba e descobriu que havia uma trilogia que determinava essa condição de infância no contexto estudado: aprendizagem, ludicidade e trabalho. As crianças Capuxu eram logo misturadas ao mundo dos adultos e aprendiam a trabalhar no roçado com seus pais, aprendendo com eles coisas que não veriam na escola, por exemplo. Conforme essas crianças trabalhavam se divertiam com os objetos de trabalho, pois “faziam das enxadas e dos rastelos meios de transporte, como cavalos” (SOUSA 2007).

Desse modo, constata-se que o trabalho infantil nesse contexto não esse traduz simplesmente numa forma de exploração, como diversas vezes pode ser visto, mas como forma de aprendizagem, de sociabilidade e de ludicidade, mostrando outros aspectos em torno do trabalho. Mais uma é salientada a idéia de que devemos estudar crianças de acordo com seu contexto e suas particularidades⁵⁴.

⁵⁴ Participei da VII Ram (Reunião de Antropologia do Mercosul) em 2007 apresentando trabalho no Grupo de Trabalho 33: Memória, Família e Relações Geracionais, coordenado por Ricardo Iacub e Maria Cristina Caminha de Castilhos França. Nesse Grupo pude perceber que o que está em voga hoje em dia

Muitos foram os autores que tomaram a família como objeto de estudo em diferentes periferias do Brasil. Isso porque a família é uma via interessantíssima de acesso aos mais variados temas e assuntos. Alba Zaluar (2000) foi uma das autoras que deu atenção especial à família. Preocupou-se em demarcar os espaços e os papéis diferentes dos membros das famílias, segundo sexo, geração e parentesco. Ela ressaltou os “valores tradicionais” dos pobres, como a ética do trabalho, o papel de provedor do homem e o de dona de casa das mulheres. Já Cynthia Sarti (1996) fez um estudo da família como força de referência moral, analisando as relações dentro das famílias em termos de reciprocidade. Lugares masculinos e femininos são demarcados pela lógica própria de cada sociedade, cabendo assim, relativizá-los conforme o grupo estudado. Optei assim, por essa forma de estudar “família”, pois os dados me levaram a aproximar a perspectiva da autora com o Gonzaga.

As famílias no Gonzaga são muito numerosas e não são compostas apenas por pais e filhos. Refiro-me a esta unidade como “família nuclear”. No bairro as famílias são compostas por pais, filhos, avós, tios, tias, sobrinhos e parentes distantes co-residindo. Lévi-Strauss (1980) já havia chamado a atenção para esse fato, concluindo que a família nuclear não é o centro de parentesco em todas as sociedades, pois em cada sociedade há tipos diferentes de famílias, porém salientou que é uma das formas de organização social mais difundida no mundo. Conforme Sarti (1996) demonstrou, a “família pobre” não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, que envolve a rede de parentesco como um todo, configurando obrigações morais entre seus membros.

“A família como sistema de comunicação tem na troca e na reciprocidade sua estrutura fundante (a aliança). O objetivo das relações de parentesco, como de qualquer sistema social é instituir a comunicação, na qual o sujeito só se define em relação a um outro”. (SARTI, 2006, p. 43).

Segundo Lévi-Strauss, o estudo comparativo da família entre diferentes povos levantou algumas das mais polêmicas discussões do pensamento antropológico. Para o autor, pertinente é construir um “modelo ideal” daquilo que pensamos quando usamos a palavra família. Assim, concluiu que o uso da denominação serve para designar um

nos estudos sobre família são os valores modernos e tradicionais presentes nela e os estudos sobre os idosos nas famílias vêm ganhando destaque. Outro fator importante que foi analisado foi sobre a dificuldade de fazer uma etnografia nas famílias, por ser uma esfera de intimidade. Além disso, o tema da memória da família também está ganhando espaço. Sobre as relações geracionais não houve muita discussão, pois fui a única a levar esse tema para debate. Outra questão discutida foi gênero, apenas mulheres apresentaram trabalhos sobre família

grupo social que possui ao menos três características: tem a origem no casamento (qualquer tipo que seja ele, uniões legais ou consensuais), composto por marido, esposa e filhos, além de outros parentes e os membros da família estão unidos por obrigações legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas etc., uma rede de direitos e proibições sexuais, além de sentimentos tais como amor, afeto, temor.

No Gonzaga a maioria das uniões é consensual, e encontramos poucos casais unidos legalmente. Mas casar e ter filhos, enfim, constituir família, faz parte dos projetos de futuro das crianças e dos jovens do bairro⁵⁵. Um casamento sem filhos ainda é visto como uma união incompleta. “Possuir uma família completa é um valor no sentido de que revela uma forma de sucesso e de superioridade”. (DA MATTA, 1987). Para mostrar a importância de ter filhos na união, exemplificarei com um dos mal entendidos que passei.

Certo dia, eu e as crianças estávamos sentados em uma pracinha em frente ao bar da Zezinha⁵⁶, quando um homem me abordou perguntando se eu era uma jornalista, o nome dele era Rafael. Expliquei-lhe um pouco sobre minha pesquisa e ele se mostrou muito interessado e se ofereceu para uma entrevista⁵⁷, pois queria me contar um pouco sobre sua vida. Fiquei muito empolgada, pois durante toda a pesquisa de campo, nunca ninguém tinha se oferecido para tal coisa.

Assim, marcamos a entrevista. Entretanto, Paula, treze anos, disse que me acompanharia no dia marcado porque a mulher dele não iria gostar de me ver na casa dela, e me alertou que deveria ter cuidado e que nas palavras de Paula, “*aquela lá é uma nega barraqueira*”.

Voltei ao bairro como o combinado e na hora marcada. Passei na casa da Paula que me acompanhou até a de Rafael. Chamamos por ele durante algum tempo. Quando nos atendeu disse que estava muito ocupado naquele momento e não poderia nos receber, mas pediu para que voltássemos uma outra hora quando sua mulher estivesse em casa, pois Rafael me disse que estava organizando suas “*encomendas*”⁵⁸.

Diante da frustração da entrevista não realizada fui para o ponto de ônibus para voltar para casa. Enquanto esperava, a mulher do Rafael foi conversar comigo. Quando

⁵⁵ A minha situação era inconcebível para eles, pois tinha vinte e três anos, solteira e sem filhos. Eu era uma forte candidata a ficar para “*titia*”, solteirona.

⁵⁶ Principal bar do bairro, onde nos finais de semana há apresentação de grupos de pagode e de rap.

⁵⁷ Isso porque fazer entrevistas fazia parte do meu método de pesquisa até então.

⁵⁸ Rafael estava repartindo, embrulhando alguma droga para ser distribuída para os compradores ou para outro traficante. Os moradores do bairro utilizavam a expressão “*encomenda*” para se referir a essa atividade de separação e organização de drogas, pois segundo eles essa expressão não chamava a atenção daqueles que não sabiam sobre suas atividades.

fomos conversar com ele, a esposa não estava na casa, mas certamente alguém da vizinhança acusou a minha presença. Alessandra, esposa de Rafael, já chegou me ofendendo e gritando para que eu não fosse procurá-lo e ameaçou me bater caso isso acontecesse novamente. “*Ele já tem dona e eu não quero uma baranga*”⁵⁹ atrás do meu macho”. (palavras de Alessandra).

Todos que estavam naquela rua ficaram olhando para nós e comentando em voz baixa, a rua ficou em silêncio e só se ouvia os gritos de Alessandra. Fui tomada por um enorme desespero nessa hora, queria chorar e me explicar, dizer os motivos pelos quais eu havia ido até a casa dele, mas ela não permitia. Entendi o recado e não voltei a procurá-lo, mas percebi que ainda não sabia muitas coisas sobre aquele universo tão complexo e significativo das relações entre os adultos e que “meu lugar” era mesmo com as crianças.

Fiquei com essa situação em minha cabeça, procurava respostas ou entendimento sobre o ocorrido e isso me remeteu ao trabalho de Fonseca (2000): “Ademais, a mulher sem marido perturba a paz da comunidade; ela desafia a virilidade dos homens e atíça o ciúme das mulheres”. (FONSECA, 2000, p. 32). Porém, eu precisava descobrir se essa era também uma questão relevante no bairro e se essa suposta “ameaça” das mulheres solteiras era apenas daquelas provenientes “de fora” do bairro, no caso eu, ou se valia para as solteiras moradoras do Gonzaga. Mais tarde fui saber, pelas crianças, que não era por ciúme que a mulher havia agido daquela maneira, mas porque eles ainda não tinham filhos o que não dava tanta estabilidade a relação, fazendo com que Alessandra agisse assim com qualquer mulher que se aproximasse de seu marido, pois a dificuldade de engravidar era uma ameaça para o casamento, que se intensificava com a aproximação de qualquer mulher. Assim, ter filhos é um diferenciador em relação aos outros casais sem filhos. As crianças, ao que parece, fornecem uma barreira segura entre eles (casais) havendo mais respeitabilidade no caso de uma família em relação aos casais sem filhos, pois estes casais ainda são projetos de família⁶⁰.

De acordo com seus valores predominantes no Gonzaga, o caminho para alguém ser realizado era o casamento, que estava muito além da ordem material. Isso porque, através do casamento a mulher tem a possibilidade de sair da casa dos pais e obter certo

⁵⁹ Baranga: mulher feia.

⁶⁰ Dessa forma, só depois de entender a dinâmica familiar é que percebi a reação de Alessandra, aquela mulher que pensou que eu estivesse “dando em cima” do marido dela.

status dentro do bairro, porque deixa de ser solteira e passa a ter sua própria família. Dessa forma, não encontrei no bairro a idéia de que a necessidade econômica tem lugar primordial na realização do “casamento”, como constatou Lévi-Strauss (1980), pois quando casavam, continuavam morando no bairro e o que modificava era apenas o *status* social, pois deixavam de ser solteiros.

Enfim, crianças e jovens planejam casar e engravidar cedo, diziam que desejavam engravidar aos dezessete ou dezoito anos, porque essa é uma “boa idade” e que depois disso fica difícil arrumar um marido. Como salientou Gilberto Velho (1987), a idéia de casamento e de construir sua própria família, pode ser classificado como um projeto de vida, projeto este, construído de acordo com o contexto social dos indivíduos.

“De qualquer forma, o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Em qualquer cultura há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais dominantes”. (VELHO, 1987, p. 27).

Convém ressaltar que, pelo que pude perceber, algumas famílias são matrifocais, portanto, centradas na figura das mulheres, pois são as provedoras da casa, ou seja, “... na estrutura familiar matrifocal, a propriedade é dada ao laço entre mãe e criança, irmão e irmã, ao passo que o laço conjugal é considerado menos solitário e menos intenso afetivamente”. (SMITH apud FONSECA, 2000, p.64). Matrifocalidade é denominada por alguns autores como uma mulher com uma prole, em geral de mais de um pai. Segundo Delma Neves (1983) essas mulheres não desistem de recompor a família nuclear. Como também pode ser visto no Gonzaga, pois freqüentemente vi mulheres com filhos de pais diferentes morando todos juntos que ainda procurava um marido para “ajudar em casa”.

Porém, muitas mulheres são as provedoras da família e não dependem dos maridos, dos pais para sustentar a casa, não havendo aqui a “ética do provedor”⁶¹ (ZALUAR 2000). Não são somente os homens que sustentam a casa, as mulheres o fazem também e nem são apenas as mulheres que cuidam da casa, muitas vezes, como já mencionei, essa tarefa caba as filhas. Muitos membros da família ajudam no sustento da casa. Quanto mais dinheiro entrar para o orçamento familiar, melhor. Todos se

⁶¹ Mulheres como chefes de família não é um tema novo, os estudiosos é que não haviam dado atenção a isso.

ajudam mutuamente, pois “A família pobre se constitui como uma rede e não como um núcleo”. (SARTI, 1996, p. 48). Além da família, vizinhos também se ajudam.

O trabalho, qualquer que seja ele é valorizado pelos moradores e pelas crianças, porque é através do trabalho que tiram o sustento. Trabalhando podem colocar comida na mesa e se consideram “ricos” por isso, afinal não passam fome. O bem material para se considerarem ricos é a comida, é claro que os moradores, como me contaram, gostariam poder comprar mais roupas, eletrodomésticos ou comprar “bobagens” no supermercado, mas a comida é a prioridade. *“Hoje me considero rica porque não passo mais fome e nem tenho que comer comida estragada que a gente pegava no lixo”*. (palavras de Mariza). O trabalho não apenas garante a moral dos pobres, como estudou Zaluar (2000), mas garante a “riqueza”, a possibilidade de saciar a fome. Assim, trabalho e riqueza caminham juntos.

Durante todas as conversas que eu tinha com os moradores em suas casas⁶², eles faziam questão de me oferecer alguma coisa para comer e se ofendiam caso eu recusasse. Muitas vezes quando eu chegava em suas casas, as mulheres corriam preparar alguma coisa para eu comer. Ou então, quando estava com as crianças, depois que finalmente estabeleci contato com suas mães, elas disputavam entre si o lugar em que eu faria um lanche da tarde⁶³, porque para eles eu estava sempre com fome.

“Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral, deste “repartir o pouco que se tem” e também da necessidade de exibição de um bem tão fundamental, cuja ameaça de falta paira sempre no ar”. (SARTI, 1996, p. 41).

Os moradores do bairro preferem namorar e casar com alguém dali mesmo ou da Cidade Aracy⁶⁴, isso porque acreditam que há grandes dificuldades em se relacionarem com alguém que tenha valores bem diferentes dos seus e porque muitos já sofreram preconceito das famílias e amigos de namorados que já tiveram do “centro”. Uma das meninas me contou que quando namorava um rapaz que não era do Jardim Gonzaga, os

⁶² Deixo claro que freqüentava as casas por intermédio das crianças que faziam questão que eu visitasse suas casas para me apresentarem seus pais.

⁶³ Nesse momento era alvo de disputa, pois as crianças queriam que eu experimentasse a comida de suas mães ou avós. Quando eu escolhia um lugar para comer, as outras crianças ficavam criticando minha escolha e diziam que a mãe de fulana fazia comida “podre” estragada”.

⁶⁴ Bairro pobre também e próximo ao Gonzaga, como já mencionei.

amigos dele sempre pediam para que ele levasse encomendas de drogas do bairro, assim todas as vezes que o namorado ia visitá-la, ia embora com muita droga. “*Meu namorado fumava maconha, mas não era viciado. Eu mesma dei uns “peguinhas” com ele, mas levar cocaína para os amigos não dava, aí eles passavam a noite toda muito loucos*”. (palavras de Bruna).

Outra reclamação das meninas é que quando namoram alguém de fora começam a ficar iludidas com aquela vida e passam a gastar muito dinheiro com roupas e sapatos porque querem se vestir como as amigas do namorado, pois essas ficam comentando sobre suas vestimentas. “*Gastei R\$ 500,00 no cartão da minha mãe e ainda não paguei, agora que larguei, as roupas estão lá, nem uso mais*”. (palavras de Lívia). Quando namoram rapazes do bairro os programas são mais acessíveis, pois ficam em casa, saem para comer um lanche e tomar cerveja ou ficam no Posto da XV⁶⁵.

2.2 Brincar como antigamente

Dentro desse grupo infantil formado por relações de vizinhança, com o qual estabeleci contato, as brincadeiras mais comuns eram polícia e ladrão, corre lenço, boca de forno, pega-pega, taco, bolinha de gude, empinar pipa, casinha, boneca, estátua, brincadeira do silêncio e contar histórias de assombrações. As brincadeiras mais significativas e que mais se repetiam serão explicadas detalhadamente.

Como pude observar são brincadeiras antigas, muitas consideradas como folclóricas, que passaram de geração para geração, como disse Florestan Fernandes (1979), pois algumas crianças aprenderam com os adultos e as menores com as mais velhas. “As relações de vizinhança... é o que permite analisar melhor as influências socializadoras do folclore infantil e das atividades a ele associadas”. (FERNANDES, 1979, p.19). São essas brincadeiras folclóricas, emprestando o termo utilizado por Fernandes (1979), que sobrevivem nas classes populares, sendo que a maioria delas desapareceram ou deixaram de serem praticadas pelas crianças de classe média ou alta, como dizem Ana Carvalho e Fernando Pontes (2000), pois “É raro um menino paulistano de classe média nascido a partir da década de 1970 que saiba empinar pipa e

⁶⁵ Esse posto de combustível fica situado no centro da cidade e pelo que soube muitos jovens do bairro ficam lá tomando cerveja e conversando nos finais de semana. Tanto é que muitos jovens de São Carlos não vão nesse posto porque “dá muito baiano”.

muito mais raro um que saiba como construí-la”. (CARVALHO & PONTES, 2000, p.19).

Porém, para as crianças do Gonzaga essas brincadeiras tradicionais, ou folclóricas sobrevivem e são reproduzidas a cada dia. A maioria se assemelha às brincadeiras descritas e estudadas por Fernandes (1979). O livro deste autor serviu de base para o desenvolvimento dessa parte da pesquisa.

A brincadeira de polícia e ladrão é muito comum, principalmente pela relação conflituosa que o bairro tem com a polícia em virtude do intenso tráfico de drogas, mas também porque o imaginário televisivo está repleto de heróis. Brincam tanto meninos quanto meninas, porém a discussão é extensa sobre quem vai ser quem. Todos querem ser o ladrão, ninguém deseja ser a polícia, isso porque o ladrão é alguém que elas conhecem, com quem estabelecem algum tipo de contato. A polícia não, ela é de “fora”, não é alguém do bairro, é uma pessoa estranha que não merece confiança e “por isso dizem preferir, entre o policial e o bandido, a este último, que conhecem e com quem podem conversar”. (ZALUAR, 2000, p. 157).

As crianças pegam sucatas e pedaços de pau que ficam nas ruas e os utilizam como armas. Se puderem passam o tempo todo nessa brincadeira, cujo objetivo, para eles é fugir ou matar aquele que for a polícia.

A próxima brincadeira a ser relatada se chama *corre lenço*, que inicia com uma música:

Corre cutia
Na casa da tia
Corre cipó
Na casa da vó
Lencinho na mão
Caiu no chão.

Essa música que deve ser cantada pela criança que for o mestre. As crianças formam uma roda e o mestre deve ficar correndo em torno dessa roda enquanto as outras crianças ficam cantando. Geralmente o primeiro mestre é a pessoa mais velha que está participando. Então, o mestre tem que correr e escolher uma criança, atrás da qual deverá colocar um lencinho. Essa criança deve correr atrás do mestre e tentar pegá-lo, este deve correr ainda mais, pois se for pego irá para o meio da roda, onde as crianças ficam cantando: “*pata choca, pata choca*”, sinal de reprovação por parte dos amigos,

para ver que não foi um bom mestre. A maioria das que eram pegas começavam a chorar, pois não tinham conseguido mostrar sua habilidade na brincadeira.

A outra brincadeira é chamada de *boca de forno*, que também tem uma música que faz parte dela. E que também faz parte de uma das brincadeiras folclóricas estudadas por Fernandes (1979, p. 43 e 44).

Boca de forno (uma criança)
 Forno! (todas)
 De onde tira o bolo? (uma criança)
 Bolo! (todas)
 Tudo que eu mandar vocês fazem? (uma criança)
 Fazemos! (todas)

Nessa brincadeira também há um mestre, que manda as outras crianças buscarem alguma coisa. No bairro as crianças pediam flores vermelhas, mato, folhas secas. Aquela que trouxe o pedido primeiro será a próxima mestra, e aquela que trouxe por último recebe uma punição pela demora. O castigo é levar uma chinelada bem forte na palma da mão.

Na brincadeira do silêncio, todos têm que ficarem quietos e não podem rir. E aquele que rir ou falar primeiro recebe o castigo, que é determinado antes de iniciar a brincadeira. Novamente tem uma música que sela o início da brincadeira.

Vaca amarela
 Cagou na panela
 Quem falar primeiro
 Come toda a bosta dela.

Para provocar o riso dos amigos, quem está coordenando a brincadeira; a escolha desta criança respeita a hierarquia da idade, como em quase todos os casos, faz cócegas e gracinhas. Quem não consegue manter o silêncio “paga” o castigo e tem que ficar agüentando as piadinhas das outras crianças.

Ficou claro que nessas três últimas brincadeiras está envolvida uma grande noção de competitividade, a intenção de todas é ganhar e, quem perde recebe uma punição, que elas chamam castigo, para entenderem que não é bom perder, que devem

se esforçar para que isso não se repita. “Através do folguedo folclórico a criança não só “aprende algo”, como adquire uma experiência societária de complexa significação para o desenvolvimento de sua personalidade”. (FERNANDES, 1979, p.16).

Outra brincadeira muito praticada pelos meninos do Gonzaga é o jogo das bolinhas de gude, pois suas ruas sem calçamento facilitam a brincadeira⁶⁶. Ele é praticado por meninos com idade entre oito e dez anos, nesse grupo estudado não há nenhuma menina que o pratique. O jogo de bolinhas não deixa de ser um jogo de competição, como as outras brincadeiras já citadas, porém, além de ser uma disputa entre os meninos pelas bolinhas é uma disputa por “mulheres”, conforme estudou José Jorge Carvalho (1990).

Esse autor fez uma etnografia do jogo das bolinhas com a intenção de mostrar como era um jogo rico em simbolismo social e cultural. Durante sua pesquisa verificou que no jogo das bolinhas estavam presentes diversos componentes do modelo de masculinidade: ensina os meninos a exercitarem a atividade financeira (administração das bolinhas), mostrarem sua superioridade e habilidades (ganhar mais bolinhas), que não devem ser passivos, mas arriscarem durante o jogo e terem espírito de competição. “... o jogo é uma batalha por auto-afirmação, dominação e autonomia e uma defesa contra o risco de ser dominado e subjugado, seja técnica, econômica ou psicologicamente”. (CARVALHO, 1990, p.214).

Nos jogos do Jardim Gonzaga a aquisição de novas bolinhas de gude parece o principal objetivo, pois toda vez que alguém adquiria uma bolinha de gude vinha me mostrar e se autodenominavam com muito orgulho dizendo o quanto eram bons nesse jogo. O clima de competição era bastante intenso, pois havia uma disputa pelas bolinhas azuis com manchas brancas. Estas eram as mais difíceis de encontrar ou ganhar em um jogo. Quando um menino aparecia com uma bolinha dessas, até as meninas se manifestavam e diziam que este era um bom jogador. Remetendo a Carvalho (1990), este fato mostrou que esse menino foi considerado “superior” aos outros pela aquisição de uma bolinha rara e pôde se destacar entre os outros na visão das meninas. E, as meninas também funcionavam como indicadoras ou juízas do prestígio em jogo. Assim, o jogo de bolinhas seria uma metáfora da vida adulta, que na brincadeira vai socializando ou preparando essas crianças, como foi colocado por Carvalho (1990).

⁶⁶ As ruas não eram asfaltadas até início de 2006, atualmente há asfalto em todas elas, mas os meninos continuam brincando de bolinhas de gude nas praças do bairro.

Uma outra brincadeira quase exclusiva de meninos⁶⁷ é a pipa. As pipas apareceram em muitos dos desenhos que eles fizeram e, além de empinarem as pipas eles as construía. Não tem dia específico para brincar de pipa, e muitos meninos faltavam da escola para poderem brincar por mais tempo. Nos fins de semana grande parte dos meninos passava o dia na rua empinando pipas. Eles não faziam competições, apenas se divertiam com essa brincadeira.

-O bom da pipa não é mostrar aos outros, é sentir individualmente a pipa, dando ao céu o recado da gente.

-Que recado? Explique isso direito!

João olhou-me com delicado desprezo.

-Pensei que não precisasse. Você solta o bichinho e solta-se a si mesmo.

Ele é sua liberdade, o seu eu,

girando por aí, dispensando de todas as limitações.

Carlos Drummond de Andrade

Por outro lado, as meninas gostavam muito de brincar de casinha e de boneca. Mesmo estas brincadeiras serem brincadeiras “de casa” elas eram praticadas na rua. Como as bonecas eram poucas, as meninas distribuía os papéis durante a brincadeira. As menores geralmente eram as filhas, a mais velha era o pai e sorteavam o papel da mãe, das tias, primas, amigas. A “casa” era feita com as coisas que encontravam na rua: tábuas, tijolos, restos de comidas, embalagens, tudo para montar o cenário de uma casa. Como disse Carvalho (1990), o jogo das meninas, casinha, por exemplo, sobretudo é um jogo em que elas dramatizam posições sociais, em que a competição é em outro sentido; quem é a mais importante na brincadeira.

Um fato relevante é que nas brincadeiras de casinha, nem sempre é o pai que saía para o “trabalho” e nem a mãe é quem ficava em casa cuidando dos filhos. Nesse caso, era uma das filhas mais velhas que cuidava dos irmãos e da casa enquanto a mãe trabalhava fora ou ficava passeando pela rua, tal como acontece no bairro. Ou então, a mãe saía para trabalhar enquanto o pai ficava em casa vendo televisão. Isso tudo é muito interessante, pois as crianças criavam e reproduziam o universo de dificuldades enfrentado por muitas famílias do Gonzaga, como nos adiantou Fernandes (1979), elas

⁶⁷ Havia três meninas que gostavam de empinar pipa.

abstraem a posição social da pessoa, ao mesmo tempo em que representam os vários tipos de famílias que elas têm contato e, demonstram através dessa brincadeira, a variedade de estruturas familiares presentes no bairro. O que é muito importante, pois a família é uma via muito importante para se entender o contexto social em questão.

A maioria das brincadeiras acontecia na rua e, através disso pude perceber que diferente do que propôs Roberto Da Matta (1997), no Gonzaga a rua não é o lugar do desconhecido, do perigo ou do medo, pois era na rua que as crianças passavam a maior parte do tempo e onde conheciam todas as pessoas que por ela transitavam e onde se sentiam “seguras”, pois conheciam todas as regras que nela operavam. Para Da Matta (1997), a “rua” é o lugar do movimento, do medo, da insegurança, da violência, do desconhecido, pois muitas vezes não conhecemos as regras da “rua” e nem sabemos lidar com elas. Em contrapartida, a “casa” é o lugar da harmonia, da calma, da tranqüilidade, da segurança e é onde os limites e regras estão bem definidos e conhecidos.

“... a categoria rua indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que a casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares.” (Da Matta, 1997, p. 90).

“Na rua, então, o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos, até que uma forma de hierarquização possa surgir e promover alguma ordem. Mas, em casa, tudo se passa ao inverso”. (Da Matta, 1997, p. 91).

Tal dicotomia foi e continua sendo muito utilizada na Antropologia Urbana, porém não devem ser tomadas como categorias universais, pois as categorias casa e rua devem ser pensadas a partir do contexto de cada pesquisa. No Gonzaga, a maioria das brincadeiras e a sociabilidade aconteciam na rua, que não era o lugar do desconhecido, do perigo ou do medo, pois era nela que as crianças e os adultos passavam a maior parte do tempo, evidenciando assim os valores positivos da rua, diferente do que nos propôs Da Matta: “Na rua não há teoricamente, nem amor, nem respeito, nem amizade ... local onde ninguém nos respeita como “gente” ou “pessoa”, como entidade moral dotada de rosto e vontade”. (DA MATTA, 1991, p. 29, 30). Diferente do que também encontrou Saraiva (2007) em seu estudo sobre os condomínios de luxo em São Paulo e Fortaleza, pois “... a rua, no contexto privado do condomínio, é constituída como um espaço

“público” idealizado, é entendida como o lugar da harmonia, onde a brincadeira com seus pares “iguais é possível”⁶⁸.

Assim, no Gonzaga a rua engloba a casa e não há uma divisão clara entre essas duas categorias. Conforme Carlos Santos e Arno Vogel (1985) já haviam enunciado em seus estudos - sobre o bairro Catumbi, no Rio de Janeiro, em que pesquisaram os impactos de projetos urbanos de destruição do bairro, onde ruas, casas e equipamentos urbanos foram destruídos para dar ares mais modernos ao bairro e como os moradores vivenciavam aquilo que o governo chamava de “ineficiente e defeituoso” - as ruas estruturam, mapeiam e organizam o conteúdo de um lugar. Os autores perceberam que a rua pode ser casa, lugar de movimento, local de lazer, de sociabilidade e que ela é um universo de múltiplos eventos e relações, além de comportar relações pessoais e de amizade. A rua não é apenas o espaço intermediário entre as casas, mas um campo propiciador de relações sociais, como enunciou Maria Luiza Heilborn (1984). Enfim, casa e rua não são categorias universais e nem devem ser aplicadas às pesquisas sem um conhecimento prévio do que elas realmente são em diferentes contextos sociais.

3. O contato com os moradores

Durante muito tempo da minha pesquisa, as mulheres não falavam comigo. Elas nem olhavam para mim, era como se eu não estivesse presente no bairro, porém de alguma forma acabei sendo útil para elas e encontraram um lugar para mim na economia das relações ali estabelecidas. Meu contato se restringia às crianças, era com elas que convivía. Diversas vezes as mulheres iam conversar com seus filhos, para dar bronca, para tomar banho ou para se alimentar e simplesmente me ignoravam. Porém, fui saber, uma das crianças foi quem me contou, que toda vez que não aparecia no bairro, as mães de algumas crianças sentiam falta, pois enquanto eu tomava conta dos seus filhos elas podiam cuidar da casa, dos “encomendas”, namorar, conversar com as amigas, entre outras coisas. As mulheres participam das atividades do tráfico ajudando seus familiares, maridos, pais, irmãos, a vender drogas. À elas cabia a organização, embalagem, divisão das drogas, mas não a negociação de preços ou entrega de mercadoria, mas na ausência de alguém responsável por essas atividades, elas as faziam.

⁶⁸ Coloquei esse exemplo para mostrar como a rua pode ser vista de diferentes maneiras e de acordo com o contexto social, embora saiba que ruas de condomínios fechados não é a rua levada em questão por Da Matta (1997).

Porém, o mais comum era pedir que o comprador voltasse em momentos adequados para a compra.

Retomando aos problemas de estabelecimento de relações, com os homens a situação era diferente, eles sempre me cumprimentavam e se dirigiam verbalmente a mim com um: “bom dia”, “boa tarde”, “bem vinda”, “olá”, ou expressando opiniões, “você é muito querida pelas crianças”, “ah, como essa criança gosta dessa tia”. Respeitosos ao extremo, nunca me “cantaram” ou disseram nada que os colocassem numa postura de inquisidores ou assediadores, diferente do tratamento reservado às mulheres do bairro. Esse respeito extremo com quem é “de fora” parece revelar a falta de respeito com as mulheres e as crianças “de dentro”. Diferente do que acontecia comigo, quando mulheres ou jovens passavam pela rua os homens se insinuavam e diziam jocosidades. Porém, as mulheres gostavam, pois essas brincadeiras as envaideciam.

As adolescentes do bairro também me ignoravam ou faziam alguma coisa para que eu me sentisse mal. Elas queriam mostrar que eu não pertencia aquele lugar, que aquele “mundo” não era o meu. Acredito que elas faziam isso para hierarquizar, mostrar o lugar que eu não ocupava naquele meio. Uma vez eu estava “brincando” com as crianças na frente da casa de Dona Francisca, onde não havia portão, mas apenas uma lona preta que era utilizada para este fim. De repente, entraram duas moças que ficaram me olhando e rindo. Uma delas disse “*você é boy*”, e ficou insistindo nisso um bom tempo e eu dizia que não e explicava a elas o que eu fazia no Gonzaga, mas elas não estavam interessadas em me ouvir. Mas repetia que tudo em mim era de *boy*, da minha cabeça aos meus pés e que eu era “*uma mina fresca*”. Eu não sabia mais o que fazer e nem o que responder.

Foi então que uma delas levantou a minha blusa e começou a passar a mão nas minhas costas, no meu corpo, uma situação um tanto desconfortável. Mas eu não conseguia reagir, fiquei imóvel. Fizeram isso para saber como eu era e para ver se minha pele era macia, bem tratada, queriam saber como era a pele de alguém “de fora”, como elas mesmas disseram, mas também para que eu me sentisse mal e para mostrar que realmente eu não era igual a elas. Na seqüência, as duas jovens abriram minha bolsa e jogaram tudo o que tinha dentro dela no chão e riam muito. Diante disso eu comecei a recolher minhas coisas que estavam espalhadas, mas uma das meninas se aproximou e começou a me cheirar e dizia que meu cheiro era muito bom. Então, chamou algumas

pessoas que estavam na rua para me cheirar, eu me sentia muito mal. Depois soltaram o meu cabelo e colocaram em cima da cabeça de todas as meninas que estavam ali para verem como elas ficariam se tivessem o meu cabelo, e disseram: “*cuidado para não pegar piolho*”. Antes de irem embora uma delas pegou meu braço bem forte me olhou e disse que aquele lugar não era para mim⁶⁹. Percebi então que não era bem vinda, porém não desisti e continuei indo ao Gonzaga diariamente.

As crianças também manipulavam o meu corpo, mas para representar outro tipo de relação, pois faziam carinho, queriam fazer massagem nas minhas costas, pentear meu cabelo, me abraçar e me beijar. Todas às vezes ocorriam brigas e discussões para saber qual a criança que deveria segurar minhas mãos para um passeio. Era sempre um pouco cada criança, caso contrário havia os choros.

O interessante é que o meu corpo se tornou uma via de acesso para eles ao meu próprio universo sócio-cultural, meu corpo foi um instrumento de sociabilidade, algo que, para nós só fica mais explícito numa esfera de maior intimidade. Ali não, o corpo é algo “aberto” ao social e às imprevisibilidades que as relações impõem. Essa questão do corpo é muito relevante, pois é um tema muito precioso para a Antropologia, pois “O corpo é uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento”. (SEEGER, 1979) Muitos autores se dedicaram aos estudos do corpo, sobre seus usos e significados em diversas sociedades, Marcel Mauss (2005) foi um deles.

“Ao afirmar o valor crucial, para as ciências do homem, de um estudo da maneira pela qual cada sociedade impõe ao indivíduo um uso rigorosamente determinado de seu corpo, Mauss anuncia as mais atuais preocupações da escola antropológica americana... É por intermédio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos”. (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 12).

Para Mauss (2005), nas sociedades há uma adequação dos corpos dos indivíduos a um fim social e gradativamente adquirem condicionantes para realização de determinadas atividades, assim “cada sociedade têm atitudes corporais que lhe são próprias” e pensando o corpo podemos pensar a “sociedade” em questão. Portanto, é pelo corpo que os indivíduos se diferenciam e se identificam. Para mostrar a

⁶⁹ Chegando em casa percebi que realmente estava com piolho.

importância do corpo enunciarei a seguir alguns exemplos de trabalhos que tiveram essa questão como objetos centrais de suas pesquisas⁷⁰.

Pierre Clastres (1978) estudou o uso do corpo nas sociedades ameríndias. O autor defendeu a tese de que essas sociedades não são sociedades *sem* Estado, mas sim sociedades que reconhecem a existência de um princípio de divisão que seria capaz de romper as relações de reciprocidade e segregar o poder do próprio corpo social, e que possuiriam uma ideologia da chefia que, por sua vez, negaria tal princípio de separação do poder, posicionando-se, portanto, *contra* o Estado.

Diante disso, o autor enfatiza a tortura⁷¹, pois esta é o mecanismo utilizado para negar a possibilidade de separação do poder do corpo social. A tortura serviria assim para deixar uma marca nos indivíduos, mostrando que todos são iguais e que ninguém é mais que ninguém, pois a memória do grupo fica marcada nas pessoas.

“Sois um dos nossos. Cada um de vós é semelhante a nós, cada um de vós é semelhante aos outros. Tendes o mesmo nome e não o trocareis. Cada um de vós ocupa entre nós o mesmo espaço e o mesmo lugar: conservá-lo-eis. Nenhum de vós é inferior, nem superior. *E não vos podereis esquecer disso*. As mesmas marcas que deixamos sobre o vosso corpo vos servirão sempre como uma lembrança disso”. (CLASTRES, 1978, p. 129)

A sociedade escreve na pele das pessoas suas leis e seus códigos sociais, é uma escrita sobre o corpo e a produção social da dor é partilhada, todos da sociedade passam por ela enquanto outros membros assistem a essas torturas. Assim, a tortura seria o *locus* no qual se inscreve o poder. “Tu não terás o desejo de poder, nem desejarás ser submisso. E essa lei não-separada só pode ser inscrita num espaço não-separado: o próprio corpo”. (CLASTRES, 1978, p. 131).

Já Maria de Nazareth Hassen (2001), trata da maneira como a condição de aprisionamento do companheiro se reflete na vida da mulher e como ocorre uma mudança na hierarquia do casal e do papel da mulher do presidiário pelo dispositivo da visita íntima.

⁷⁰ Entrei em contato com essa bibliografia quando fiz a disciplina Estágio de Docência na Graduação I, em 2006, ministrada pela Prof. Dra. Marina Cardoso, na Universidade Federal de São Carlos. O objetivo da disciplina foi oferecer aos alunos a oportunidade de participar de atividades relacionadas a docência na graduação. Para isso acompanhamos um professor em uma disciplina de graduação e depois discutimos as experiências em aula com o professor responsável pelo estágio. Acompanhei a disciplina Comportamento e Cultura junto ao Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo. Ministrei duas aulas na ausência do professor que estava fora do país. Ter tido essa oportunidade foi muito importante para o meu processo de aprendizagem no mestrado.

⁷¹ Enfoquei essa discussão a partir do capítulo: “*Da tortura nas sociedades primitivas*”.

Isso porque o papel do homem no encontro íntimo pode ser considerado mais passivo na medida em que é ele que aguarda a mulher, que passa a definir e agendar a relação, tanto na disponibilidade de ir até a prisão, como provedora da casa na ausência do marido. A autora fez entrevistas com quatro mulheres de presidiários e todas se mostraram mais felizes com seus novos papéis, pois elas se sentiam mais úteis e mais amadas pelos companheiros, assim como podiam tomar suas decisões sozinhas. Assim, de acordo com o texto dessa autora, o corpo passa a ser um veículo de transformações de papéis sociais.

Michael Foucault (1996) escreveu sobre a história das condenações e como ela foi se modificando ao longo do tempo⁷². Há o desaparecimento dos suplícios, as punições deixaram de ser espetáculos públicos em que os penitenciados sofriam as mais terríveis investidas em seus corpos. As penas passaram a ter um caráter punitivo, sendo menos diretamente físicas e mais sutis e veladas, subjetivadas ou interiorizadas, e o corpo, dessa forma, deixou de ser o alvo principal da repressão penal. “... o essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta, os magistrados do vil ofício de castigadores”. (FOUCAULT, 1996, p. 15). Os carrascos foram substituídos pelos médicos, guardas, educadores, psicólogos e, a arte das sensações insuportáveis foi substituída pelos direitos suspensos.

O corpo é colocado em um sistema de privações e obrigações, mas a punição é direcionada à alma e as punições são para controlar os indivíduos, não mais sobre o que fizeram, como no tempo dos suplícios, mas sobre o que serão ou poderão vir a ser. Para o autor em questão, essas novas punições adequaram os corpos às novas solicitações do poder que deixa de encenar publicamente suas formas de coerção.

Essas novas formas punitivas, erroneamente tomadas como por humanitárias, produzem efeitos extraordinários de poder e uma maior eficácia e controle. Acredita assim, que a vigilância se tornou mais eficaz que a punição.

Enfim, esses foram alguns exemplos de como o corpo pode se tornar uma questão relevante para pensarmos os “objetos” de pesquisa. Mas voltando ao ocorrido com as adolescentes, outro fato interessante é o uso da categoria nativa *boy*, utilizada pelas duas sem distinção de gênero; tanto para homens quanto para mulheres, foi utilizada para designar alguém que não pertencia àquele universo, que tem uma vida

⁷² Referi-me a Foucault de maneira bem resumida, sabendo que o autor é muito mais rico em suas proposições teóricas do que a maneira como o retratei.

boa, que não passa pelas mesmas dificuldades deles. O termo *boy*, *playboy* também é utilizado nas letras de *rap*, em que da mesma forma é usada para se referir tanto ao gênero masculino quanto ao feminino. “... o playboy é aquele que vem de fora e, quando presente na periferia, é tido como uma espécie de aberração, como algo completamente fora de seu contexto”. (GUASCO, 2001, p.89), como era meu caso no bairro em questão.

Em vista de tudo que foi relatado até o momento, ficou claro o papel complexo desempenhado por mim no bairro. Embora estivesse ali como pesquisadora, para os adultos me tornou uma espécie de babá ou empregada que “cuidava” das crianças, com as adolescentes havia o conflito e para as crianças era uma confidente, uma amiga, alguém que “brincava” com elas, posições na estrutura social que me revelavam para muito além da condição enunciada em princípio, a de pesquisadora. Porém, aproveitei essa confusão de papéis e deixei de reafirmar a condição de pesquisadora, antropóloga, porque isso rendia para o meu campo⁷³.

Devido aos conflitos constantes com as jovens no início das minhas pesquisas, procurei utilizá-los de maneira positivada, tirando proveito para o meu trabalho, pois como defende Georg Simmel (1983b), “há no conflito algo positivo e ele pode ser também uma forma de sociabilidade”. E foi dessa forma que finalmente pude estabelecer um contato mais próximo com as jovens do Gonzaga. Confesso que não ter tido acesso mais sistemático ao universo “adulto” me incomodava, pois achava que sem a presença da fala adulta a pesquisa poderia apenas reproduzir um viés unilateral sobre o Gonzaga⁷⁴.

Com o passar do tempo e com a retomada da pesquisa de campo⁷⁵, percebi que, excetuando as crianças, os moradores haviam mudado o tratamento em relação a mim. As mulheres que ignoravam minha presença passaram a conversar comigo, embora algumas me ainda hostilizassem. Os homens, que por muito tempo se dirigiam a mim com exagerado respeito, começaram a me paquerar, fazer brincadeiras na rua e mandar

⁷³ Isso me foi sugerido quando apresentei trabalho na Reunião Equatorial de Antropologia - X Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste, em 2007, no qual apresentei trabalho no Grupo de Trabalho 14: Etnografia arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo. Esse Grupo foi coordenado por Alinne Bonetti e Soraya Fleischer.

⁷⁴ Até o momento não havia percebido como as crianças eram centrais nessa pesquisa e o quanto elas me davam acesso ao “universo adulto”, fato que a Fapesp, meu orientador e o Jorge Mattar Villela me chamaram a atenção.

⁷⁵ Fiquei um ano afastada do Gonzaga porque estava cursando disciplinas na Pós – Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos para depois poder me dedicar integralmente às pesquisas no bairro.

recados pelas crianças. As adolescentes se acostumaram com minha presença no bairro e através das crianças se aproximaram. A maioria das jovens com quem tinha mais contato, conheci por serem parentes das crianças que ficavam comigo. Muitas delas passaram a “brincar” comigo e com as crianças e, dessa forma, nosso contato foi se estreitando.

Dessa forma, devido minha convivência quase diária com as crianças, alguns irmãos e irmãs das mesmas se aproximaram de mim, eram todos jovens. Além deles a mãe de uma das meninas acabou se tornando uma amiga, o que possibilitou uma abertura para que as outras mães se relacionassem comigo. As crianças serviram de intermediárias para o meu acesso aos jovens e estes serviram de intermediários para meu contato com os adultos. Gradativamente fui conhecendo e me relacionando com os moradores do bairro, sempre por meio de intermediários, passando de sociabilidade a sociabilidade até chegar ao “chefe”⁷⁶ do bairro. Chefe é o maior traficante do bairro e é quem manda no Gonzaga. Meu contato com ele sempre girou em torno de seu filho, que estava sempre comigo durante as pesquisas de campo. Para o “chefe” eu era funcionalmente necessária, pois “cuidava” do seu filho. Assim nos respeitávamos mutuamente e ele nunca se opôs à minha presença no bairro.

Acredito que essa troca entre pesquisador e pesquisado foi decisiva para o desenvolvimento dessa pesquisa, assim como em todas as outras.

Foi estabelecida então, uma rede de relações que se iniciou com as crianças e chegou aos adultos, com os quais pude ter contato após dois anos e meio de pesquisa. Ficar com as crianças conferiu certa legitimidade, pois com elas conquistei um “lugar moral”, esse era um lugar seguro, tinha o respeito dos pais, irmãos e parentela, além do respeito dos policiais⁷⁷ que diversas vezes invadiam o bairro, mas nenhuma vez fui abordada por eles.

4. Intervenções municipais voltadas para crianças e adolescentes

Há no bairro alguns projetos sociais implementados pela Prefeitura Municipal, todos esses projetos iniciaram suas atividades no final de 2006. O *Projeto Viva Vôlei*

⁷⁶ Os moradores denominavam o maior traficante da favela como “chefe”, como a pessoa que mandava na favela e que era respeitado pelos moradores.

⁷⁷ Há um tópico explicando como eram as invasões policiais na favela.

acontecia na Estação Comunitária do Jardim Gonzaga⁷⁸ (ECO), com o apoio da Prefeitura e da Unicep, faculdade particular de São Carlos e podem participar do projeto crianças de sete a dozes anos. Esse projeto, além de retirar as crianças das ruas, objetivo maior do projeto, visa integrar os deficientes físicos e mentais da APAE⁷⁹ da cidade com as crianças do bairro. Essas crianças passam a tarde jogando vôlei e quando terminam os jogos recebem um lanche. Porém muitas delas preferiam brincar de outras coisas como elas mesmas me disseram e preferiam ficar na rua mesmo, pois nela tinham a liberdade de escolher suas brincadeiras, mas alguns pais obrigavam as crianças participarem do projeto

O responsável pelo projeto era um professor de Educação Física. Ele dividia os times da seguinte maneira: crianças com mais deficiência jogam contra as crianças menores e com menos deficiência contra as maiores. Quem ficava responsável pela organização dos jogos eram as estagiárias, estudantes de Educação Física da Unicep, pois o coordenador ficava apenas olhando e fotografando as crianças. Conversei diversas vezes com ele, um homem muito arrogante. Segundo ele era muito difícil desenvolver esse projeto no bairro, pois considerava as crianças sem disciplina, pois muitas abandonavam o projeto, fora as outras que jogavam por alguns minutos e saíam para jogar bola, soltar pipa, brincar na areia. *“Não dá para castigar essas crianças, quando eu as retiro da quadra por terem feito bagunça elas não se importam e vão brincar de alguma outra coisa”* (palavras do coordenador do Viva-Vôlei).

Muitas vezes esse professor discutiu comigo, pois para ele eu atrapalhava o andamento do seu projeto, pois quando as crianças me viam, abandonavam o jogo para ficarem comigo. Sempre que isso acontecia o responsável pela ECO intervinha a meu favor, pois simpatizava comigo.

Outro projeto existente no bairro é o de *Malabaris*, que também acontecia na ECO também. Apenas um professor era responsável por esse projeto que também foi implantado na Cidade Aracy⁸⁰. O número de participantes era muito pequeno, cinco alunos, duas crianças e três jovens. Segundo o professor, o número era reduzido devido a dificuldade do aprendizado do malabaris e porque muitos dos jovens que participava, conseguiam emprego e desistiam do projeto. O objetivo do projeto também era retirar as

⁷⁸ Resultado do Projeto Habitar Brasil. Na ECO há uma quadra poliesportiva, um campo de futebol, um Posto de Saúde da Família, uma creche que ainda não foi inaugurada e um parquinho para as crianças.

⁷⁹ A Associação dos Pais e Amigos dos excepcionais (APAE), disponibiliza um veículo para levar seus alunos até o bairro.

⁸⁰ Bairro que já mencionei anteriormente.

crianças da rua. Segundo as crianças, esse projeto não tinha finalidade, era só um passatempo, pois “*para que aprender malabaris? Para ficar no semáforo?*” (palavras de Diego).

Há também o projeto de Futebol e de Dança que aconteciam na parte da manhã e o objetivo deles era o mesmo que os descritos anteriormente, retirar as crianças e jovens da rua. Além desses projetos, existe o *Grupo de Sexualidade com meninas adolescentes*, que também conta com uma participação ínfima.

Havia também outro projeto social, o que tinha mais participantes e do qual sempre ouvi falar muito bem pelas crianças. “Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer” atuava junto as crianças e adolescentes sendo que “visa resgatar a cultura popular (...) através de brincadeiras e jogos que foram esquecidos e substituídos pela televisão e pelos brinquedos industrializados e, mais recentemente pelos jogos eletrônicos”. (SANTOS, 2005, p. 5). Porém, as crianças do Gonzaga não substituíram as brincadeiras antigas, como demonstrei no tópico “Brincar como antigamente”, por outras brincadeiras, o máximo que acontecia era uma mistura das brincadeiras tradicionais e modernas.

Voltando ao projeto, os participantes se reuniam com os coordenadores e decidiam em conjunto quais seriam as brincadeiras da semana seguinte. Assim, brincavam daquilo que havia sido combinado na semana anterior e decidiam a brincadeira da próxima semana. “Todos os participantes podiam escolher, criar regras, inventar jogos, enfim participar das decisões do processo educativo... podendo haver mudanças caso o grupo demonstrasse interesse em outras atividades”. (SANTOS, 2005, p. 34). Assim, as crianças decidiam o que queriam fazer, pois conforme nos mostrou Matheus Santos (2005), um dos coordenadores do projeto, mesmo que combinavam as brincadeiras com antecedência, as crianças acabavam fazendo aquilo que queriam. Certo dia, educadores e crianças tinham combinado de brincar de pega-pega americano, “atividade de pega-pega, aonde quem for pego tem que ficar parado com as pernas abertas. A pessoa pega só poderá voltar a se mover se algum colega que não estiver pego passar debaixo de suas pernas”. (SANTOS, 2005, p. 22). Porém, não estavam mais interessados nessa brincadeira e decidiram que não brincariam, mas que passariam a manhã, horário do projeto, pegando jabuticabas.

Percebemos assim que nesse projeto as crianças têm possibilidade de ação, elas podem decidir o que fazer e como fazer, interferindo ativamente no desenvolvimento do projeto, podendo mostrar sua capacidade de agência. Os outros projetos eram vistos

pelas crianças como um lugar para lancher e onde não tinham liberdade de decisão das brincadeiras, pois os responsáveis pelos projetos eram quem impunham as brincadeiras, já no projeto “Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer”, as crianças tinham força e eram ouvidas, pois decidiam o que fazer, aqui era reconhecida então suas capacidades de agência.

5. O tráfico de drogas e suas relações

Enfocar o tráfico de drogas não era inicialmente a intenção desse trabalho, mas como apareceu como uma espécie de “fato social total” no bairro, e por ser *total*, minha apreensão do fenômeno se fez necessária, vou tentar relatá-lo do ponto de vista das crianças, que, por sua vez, apresentavam novos dados sobre essa atividade e insistiam o tempo todo em falar sobre ele. Porém, antes de iniciar essa discussão, deixo claro que no Gonzaga não há um comércio de drogas tal qual se apresenta nos grandes centros urbanos, com visibilidade, inclusive midiática, e ao que parece não há a presença de grupos disputando o comércio local, o que determina em parte dos aspectos vinculados à violência armada. No Gonzaga as dimensões do tráfico é mais “discreta” e abastece consumidores do “centro” e de algumas cidades vizinhas.

Antonio Rafael Barbosa⁸¹ explicou essa confusão e mal entendido sobre o mercado de drogas mostrando que há uma imagem reificada produzida por vários agentes, pois não existe o tráfico na sua universalidade, e para cada caso se tem uma estruturação específica e há diferenças entre regiões. Outro mal entendido é pensar que ele é nuclear, pelo contrário, ele é caracterizado por sua característica segmentar, por se organizar em redes e não ter alguém controlando tudo. O tráfico de drogas também não tem apenas grandes organizações que o controla, assim como podemos ver no Gonzaga, por exemplo. Essa é uma visão de senso comum sobre o tráfico que a etnografia tenta desconstruir.

Segundo as crianças, os motivos para o ingresso no tráfico são pobreza, vício, falta de emprego, amizade, *status*, discurso que tomam dos mais velhos e está o tempo todo na mídia. Porém, não consideram que essa atividade seja fácil, pois apesar de ganharem mais dinheiro do que qualquer outro trabalho que fossem desenvolver,

⁸¹ Antonio Rafael Barbosa deu uma palestra na Universidade Federal de São Carlos em 2007 explicando o mercado de drogas e seus mal entendidos. Essa palestra fazia parte de um ciclo de atividades organizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

aqueles que comercializam drogas se arriscam diariamente com as constantes invasões policiais e com o risco de serem presos, correndo o risco de deixar suas famílias desamparadas.

O tráfico de drogas é um assunto quase impossível de se trabalhar etnograficamente, pois “a inserção no campo é sempre muito arriscada e é preciso ser levado por alguém para se inserir na rede”. (BARBOSA, 2007)⁸². Assim, esse tópico foi desenvolvido através dos relatos das crianças e pelas situações em campo que presenciei.

Na favela do Gonzaga existe o tráfico de maconha, cocaína e *crack*, “pedra” como eles costumam denominar, além do consumo dessas drogas por muitos dos moradores. As “bocas de fumo” costumam ser as próprias casas daqueles que vendem, com exceção de uma, pois o “chefe” da favela comprou uma casa praticamente ao lado da sua para ser utilizada como entreposto e local de compra e venda de drogas. Esse “chefe” tem o domínio da área há muitos anos, já foi preso diversas vezes, mas atualmente está “corrido”, isso quer dizer fugido, porém, dizem, está no próprio bairro. Ele é o maior traficante do local e tem legitimidade perante os moradores para ser tratado e reconhecido como tal. O filho dele, por sua vez, de dez anos, também é alvo do respeito e temor pelas crianças e nunca presenciei entretanto que ele estivesse envolvido diretamente.

Certo dia, esse menino fez um desenho e me entregou. Uma outra criança queria olhar o desenho e sem querer o rasgou, a menina saiu correndo e pediu que eu falasse que eu havia feito aquilo, pois tinha medo da reação do menino caso ele descobrisse o verdadeiro autor. O medo e o respeito que tem pelo “chefe” se estende ao seu filho, tanto por parte das crianças como dos adultos. A casa do “chefe”, aparentemente é bem humilde, nada que destoe das outras casas do bairro, porém ele tem uma chácara em outro local da cidade que é usufruída pelos próprios moradores, principalmente pelas crianças que vão até lá para jogar bola e nadar.

O contato que tive com esse “chefe” sempre foi muito cordato, apesar de que de início ele não se dirigia a mim. Porém, com o desenrolar da pesquisa, começou a se aproximar, sobretudo porque seu filho ficava junto comigo nos dias que eu estava no bairro, conversando, desenhando ou fazendo piqueniques. Assim, eu “cuidava” do filho dele e nos respeitávamos mutuamente.

⁸² Palavras de Antonio Rafael Barbosa na palestra mencionada.

Traficar e consumir são coisas muito próximas no bairro, muitos traficam apenas para garantir o seu próprio consumo e estes são chamados de traficantes pequenos. Os traficantes ditos maiores abastecem muitos consumidores do “centro” e diversas vezes presenciei estudantes, tanto homens como mulheres, das faculdades e universidades da cidade comprando drogas, os reconheci porque usavam camisetas com os nomes de seus cursos e respectivas faculdades. A passagem desses estudantes pelo bairro, apesar de ser rápida é intensa e geralmente já chegam sabendo quem procurar. Quando esses estudantes ficavam um tempo maior no bairro, devido a presença de policiais ou pela demora dos traficantes que algumas vezes estavam em falta de determinada droga e precisavam recorrer a outro traficante, eles fiavam próximo a mim e as crianças, pois sabiam que ali era um lugar “seguro” contra as represálias policiais.

As “bocas” funcionam o dia todo, mas é quando começa a escurecer, em torno das sete da noite, é que o movimento se intensifica. No início da pesquisa de campo eu não percebia a movimentação em torno do tráfico, parecia não enxergá-lo de tão discreta que parecia a movimentação, mas com a “familiarização⁸³” do campo, tornou-se mais explícito, sem contar que as crianças também sinalizavam a sua existência. “*Olha lá tia, olha o ... passando droga*”. Eram jovens levando as “encomendas” de bicicleta, passando drogas através do aperto de mãos, crianças escondidas atrás dos muros passando a droga pelos buracos nesses muros.

Segundo as crianças, a família auxilia o traficante em sua atividade, todos se ajudam, e a vizinhança também, pois ninguém dedura ninguém. Isso porque muitos moradores têm medo e também porque várias pessoas do bairro participam do lucro do “movimento”.

Há por parte dos moradores uma aceitação desse tipo de trabalho, o tráfico de drogas, principalmente quando o fazem para sustentar a família, desse modo “*...relativiza-se também o valor moral do bandido, que passa a ser menos bandido se o dinheiro (conseguido por meios ilícitos) for para dentro de casa, porque a moral do trabalho se entrelaça com a moral as família*”. (SARTI, 1995, p. 73). Porém, segundo os moradores do Gonzaga não denominam os traficantes como bandidos, eles são só traficantes. Para eles, bandido é aquele que mata por matar e rouba dos vizinhos, os traficantes não são assim, se encaixam em outra categoria, da de pessoas que trabalham para sustentar as famílias e ajudar a parentela e vizinhos.

⁸³ Gilberto Velho (2004).

Entretanto, os moradores que não se sentem parte do bairro, do “pedaço” e nem compartilham de seus valores, como é o caso de Dona Cássia e Dona Madalena, que já exemplifiquei, utilizam a palavra bandido para classificar algumas pessoas. Assim os “de fora”, moradores que estabelecem distância simbólica em relação ao bairro, a visão do senso comum e midiática, que vêem a favela como lugar de perigo e de criminalidade, visualizam um banditismo na favela, algo absurdo, pois não existe banditismo na periferia. Diferente dos “de dentro” que não vêem o tráfico de drogas como “bandidagem”, mas como uma forma de aumentar o rendimento familiar, assim no bairro o tráfico não é julgado, mas justificado porque provê a família.

Assim, voltando a citação de Sarti (1996), no Gonzaga parece que a família “limpa” o dinheiro, há uma lavagem moral desses recursos auferidos no tráfico que alimenta a economia doméstica e é utilizado para comprar comida, pagar contas, enfim, suprir a necessidade dos filhos e manter a casa.

Algumas famílias do bairro associam o tráfico a outros trabalhos: traficar e recolher papelão das ruas, traficar e trabalhar com doméstica, ajudante de pedreiro etc. Dessa forma, fazem “bicos” como traficantes e “*estão sempre na correria*” (palavras de Tiago).

Para exemplificar, certa vez fui conversar com seu Tônico e Dona Mariza⁸⁴. Eles me contaram sobre suas infâncias, casamento, sobre os filhos, sobre próprio bairro. O casal mora ali há vinte anos, logo que se mudaram do sul do país para o Jardim Gonzaga compraram o terreno e eles mesmos construíram a casa, deixando claro para mim, em um sinal de distinção social, que não moravam em “terreno invadido” como a maioria dos moradores. “*Aqui era muito feio antes, era só barraco de tábuas, só chão..... agora é bonito, asfaltado e não tem mais barraco, só casa de tijolo. Não tinha luz nem água, agora tem tudo*”. (palavras de Mariza). Essa era uma visão consensual dos moradores, eles enfatizavam as melhorias conquistadas pelo bairro.

Depreendi que valorizaram muito a questão do trabalho e de serem trabalhadores honestos e de não precisarem fazer nenhuma atividade considerada socialmente ilegal para sustentarem a família. “*Graças a Deus aqui somos todos trabalhadores*” (palavras de Tônico). Porém, percebi que queriam ocultar que participavam do tráfico, fato que já sabia por intermédio das crianças que relataram que seu Tônico ajudava o genro com o

⁸⁴ Eles eram avós de Tatiana, uma menina que estava sempre comigo no bairro.

tráfico, repassando a droga e se beneficiando dos lucros, mas ele não mencionaria isso para mim, temerário de ser estigmatizado.

Diferente do que viu Zaluar (2000), no Gonzaga não há distinção entre trabalhadores e bandidos, todos são trabalhadores, independente das atividades que realizam, ninguém se sente superior a ninguém, o importante é ter o que oferecer às suas famílias. Pois uma pessoa pode ser “trabalhadora”, mas fazer “bicos”, “correria” como traficante, enfim são categorias que se misturam, ou como diria Barbosa (1998), que se diluem nesses contextos.

Percebemos assim, que o tráfico é incorporado dentro de uma esfera da política econômica familiar, digamos assim, embora no plano da moralidade pública seja até passível de condenação, ocultação, vergonha e estigmatização.

6. As invasões policiais

Assim como na maioria das pesquisas feitas em periferias há tráfico de drogas, os moradores se identificam mais com os traficantes por ser alguém conhecido, por partilhar valores comuns e o mesmo espaço, do que com os policiais que são os agentes diretamente relacionados com a repressão e pouco comprometidos com o bairro.

“É sobre os pobres que a polícia concentra seu poder fortalecido nos últimos vinte anos: comete injustiças nunca compensadas, humilha, mata, tortura e, na rua, “vai logo dando sugestão”. A desconfiança que a presença policial desperta entre eles, mesmo quando concordam sobre a necessidade do policiamento ostensivo e sobre os bons propósitos de alguns (poucos) policiais, é notável... por isso dizem preferir, entre o policial e o bandido, a este último, que conhecem e com quem podem conversar”. (ZALUAR, 2000, p. 157).

A maior invasão policial da história do Gonzaga aconteceu em março de 2007, que não presenciei, mas soube dos maiores detalhes pelas crianças. A EPTV⁸⁵, emissora de televisão regional, fez algumas reportagens a respeito do ocorrido. Os policiais invadiram as casas “certas” e quase todas as “bocas” do bairro, dizendo que estavam no bairro devido uma denúncia anônima, para procurar traficantes e integrantes do PCC. Porém, como os próprios moradores me relataram, isso seria impossível de acontecer, pois ninguém ali era um alcagüete, um traidor, um X9, como eles mesmos diziam. Cada

⁸⁵ A sigla EPTV significa Emissoras Pioneiras de Televisão e é uma das emissoras da Rede Globo de Televisão. A EPTV é dividida em outras quatro emissoras: EPTV Campinas (Campinas), EPTV Ribeirão (Ribeirão Preto), EPTV Central (São Carlos) e EPTV sul de Minas.

um se preocupava com a sua vida sem interferir na do outro. O Primeiro Comando da Capital (PCC) é visto pela mídia como uma organização criminosa, criada no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, para defender os direitos dos encarcerados do país, mas que organizam diversos ataques fora das prisões, como a onda de incêndios de ônibus em diferentes cidades do estado de São Paulo ocorrida em 2006. Porém, Karina Biondi (2006) fez uma etnografia “de perto e de dentro” em uma Casa de Detenção Provisória de São Paulo, analisando a “lógica que normatiza o convívio entre os presos”. A autora viu como essa organização, o PCC, se estruturava dentro da prisão. Para se filiar ao PCC era preciso receber um convite e uma recomendação de alguns dos integrantes, feito isso levantavam a história de vida dentro e fora da cadeia desse novo integrante e depois de aprovado seu ingresso, o preso recebia um estatuto e um número dentro do grupo. Após, havia um “ritual de batismo” que representava seu ingresso.

“Assim, identidade dos presos é criada, a partir da aceitação do estigma que lhes atribui, na oposição ao outro. Essa identidade, bem como as filiações a essas organizações, podem persistir fora do ambiente carcerário, pois é quando o sujeito vai fazer a afirmação do pertencimento ao Crime”. (BIONDI, 2006, p. 340).

Certa vez, eu e as crianças estávamos voltando de um piquenique e ouvimos alguém chamando por mim. Quando olhamos havia um rapaz querendo falar comigo. Fui em sua direção, as crianças foram comigo. Esse rapaz queria saber o que eu fazia no bairro porque ele me via todos os dias com as crianças. Então eu me apresentei, perguntei seu nome e começamos a conversar. De início ele não queria revelar seu nome, mas depois revelou. Enquanto falava comigo as crianças só observavam. Depois que expliquei a ele o que fazia ali, ele me disse que caso eu precisasse de alguma coisa ou se tivesse algum problema com algum morador era só procurar por ele. Assim que terminamos de conversar as crianças falaram: “*Você é louca de conversar com ele? Ele é do PCC, fica longe dele porque eu acho que ele gostou de você*” (palavras de Francini). As crianças reafirmavam a visão da mídia sobre os integrantes do PCC, pois ser traficante era aceitável, mas pertencer a uma organização não. Porém:

“Aos que vêem essas organizações prisionais como facções criminosas, portanto produtora de violência, podemos apresentar outra perspectiva: a das organizações como elementos fundantes de padrões sociais, de modalidades de organização social capazes de apaziguar conflitos existentes em um ambiente de convivência forçada como a prisão, amenizando, assim, parte do sofrimento dos prisioneiros”. (BIONDI, 2006, p. 341).

Assim, como percebeu a autora, o PCC é uma organização que prega a paz, sendo suspensa apenas em condições extremas, pois “é uma instituição em que os presos se apóiam para tentarem evitar os maus tratos e terem mais dignidade e justiça no confinamento”. Biondi contrasta assim, o que acontece dentro das grades e o que marca o senso comum e é noticiado pela imprensa.

Voltando as invasões e deixando de lado o parêntese feito para explicar o PCC, os policiais já chegaram batendo nas pessoas, homens, mulheres e até em crianças, pois bateram em uma mulher que carregava seu filho nos braços e acabaram acertando as costas do menino de três anos com o cacete. Nessa mesma família colocaram um dos filhos do casal de ponta cabeça no meio da rua, segundo testemunhas, depois desse ocorrido o menino permaneceu muito tempo dentro de sua casa porque estava em choque.

Eles humilharam as mulheres as chamando de “putas”, “vagabundas” e “porcas”, assim como bateram e machucaram muitas pessoas que não tinham nada a ver com o tráfico. Segundo as crianças, isso que aconteceu foi abuso de poder por parte dos policiais, pois eles poderiam ter recolhido as drogas sem fazer essas crueldades com as pessoas. O camburão saiu cheio do bairro, tanto de traficantes como de consumidores. *“Por que eles não fazem isso lá no Rio de Janeiro? Lá sim é que deveriam, não aqui. Aqui não tem guerra entre policiais e traficantes”*. (palavras de Paula). Pela fala dessa jovem, podemos perceber que em certos casos ela aceitaria esse tipo de reação policial, ilustrando o Rio de Janeiro como local adequado. Isso porque diariamente a “guerra” entre bandidos e traficantes nos morros cariocas tem sendo retratada pela imprensa e, de acordo com esse depoimento, a menina não acredita que no bairro há a necessidade de intervenção policial, *“já que o tráfico do Gonzaga é muito menor que o do Morro do Alemão⁸⁶”* (palavras de Paula).

Depois dessa invasão, as opiniões da maioria da população são-carlense em relação ao bairro se agravaram, pois tomaram o partido dos policiais, já que esse fato, como mencionei, foi televisionado com depoimentos de policiais e retratado em todos os jornais da cidade de São Carlos. Os moradores do Gonzaga fizeram uma manifestação em frente ao Fórum Municipal dois dias depois do ocorrido, alegando o abuso policial dentro do bairro, porém precisaram se retirar do local porque a polícia ameaçou uma pior invasão caso eles permanecessem ali. Percebemos assim que “em

⁸⁶ Favela carioca dominada por policiais e bandidos.

São Paulo, assim como em outras cidades brasileiras, a polícia é parte do problema da violência. O uso de métodos violentos, ilegais ou extralegais por parte da polícia é antigo e amplamente documentado”. (CALDEIRA, 200, p. 135).

Depois dessa invasão, pude presenciar outras. Elas aconteciam durante a tarde. O bairro era tomado por diversas viaturas e carros da DISE⁸⁷, os policiais passavam com as armas apontadas para fora dos veículos. Antes de entrar nos “barracos⁸⁸” os policiais batiam geral nas pessoas que estavam nas ruas, mas eu nunca fui revistada, pois não era alvo disso e certamente esses policiais sabiam o que eu fazia no bairro. Quando as invasões aconteciam, a maioria dos moradores ficava nas ruas, e era uma correria, pessoas correndo o tempo todo. As crianças queriam saber qual casa estava sendo invadida e corriam em direção ao local onde estavam os policiais para contar aos mais velhos e as outras crianças. Os jovens ficavam sem saber o que fazer, impacientes e pediam informações para as pessoas que transitavam para saber em que lugar os policiais se encontravam. Muitos deles iam “brincar” comigo e com as crianças.

Geralmente os policiais invadiam os barracos pelas casas vizinhas, para tentar pegar o pessoal em flagrante, mas dificilmente isso acontecia, pois os moradores avisavam uns aos outros que o bairro estava “molhado”. Utilizam essa denominação para informar a presença de policiais na área. Todas as vezes que presenciei as invasões, em nenhuma delas a casa do “chefe” foi invadida, mas os barracos vizinhos eram.

Enfim, as crianças presenciavam o tráfico de drogas e as constantes invasões policiais quase diárias no bairro, participando dessa forma do chamado “mundo adulto”, pois ninguém escondia delas o que acontecia no bairro, até porque elas viam suas casas serem invadidas e seus familiares presos. Constatei assim que a sociabilidade infantil estava intrinsecamente ligada ao universo dos adultos, quase não havendo uma segmentação ou descontinuidade entre esses universos geracionais, e as crianças criavam seu próprio sistema de valores e comportamentos, significando seu contexto social e reproduzindo, ao mesmo tempo em que produzindo, esse comportamento em suas práticas lúdicas.

⁸⁷ Delegacia de investigação sobre entorpecentes.

⁸⁸ Era desse modo que as pessoas classificavam suas casas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos assim, através de uma aproximação indireta com o bairro que o preconceito dos diversos atores sociais (políticos, educadores, alguns moradores) em relação ao Gonzaga está condicionado aos vários fatores de exclusão, falta, carências materiais, violência, perigo, tráfico de drogas. Porém formam um ponto de vista exterior e revelam pouco sobre a dinâmica ali presente, e essas visões não capazes de perceber a multiplicidade de sujeitos que moram em locais ditos periferias, suas histórias, seus valores. Porém, como pudemos perceber através das crianças e do que mostraram sobre o bairro, o Gonzaga é um bairro muito rico e significativo, longe de ser caracterizado pela falta ou se reduzir ao tráfico de drogas. Há nesse bairro um rico universo de relações e as crianças são centrais nelas, por partilharem da rede social. Tomá-las como sujeitos capazes de representar e significar suas experiências, além de terem sido condutoras da pesquisa de campo e de me inserirem no universo mais abrangente do bairro, garantiu um acesso novo ao objeto. Enfim, pudemos identificar essas crianças como atores sociais que apreendem o mundo e o representam à sua maneira.

Embora uma das problemáticas da pesquisa se centrasse no estudo das práticas de lazer e na sociabilidade infanto-juvenil, pude conhecer e compreender as relações familiares e seus conflitos, as relações entre homens e mulheres e constatar que a sociabilidade das crianças no Gonzaga estava intrinsecamente ligada ao universo dos adultos, não podendo falar de um universo geracional sem levar em consideração suas demandas. Isso parece relativizar outras experiências infanto – juvenis verificadas em outras configurações e camadas sociais, em que o universo infantil é repleto de cuidados, só cabendo às crianças o aprendizado dirigido no sistema educacional e as práticas de lazer, como é o caso, por exemplo, das crianças moradoras de condomínios de luxo (SARAIVA, 2007). Matizando assim, a descontinuidade entre esses dois universos geracionais, perspectiva consagrada na bibliografia sociológica, que aponta para.

“... a acentuada divisão de trabalho e a especialização econômica, a segregação da família das outras esferas institucionais e o aprofundamento das orientações universalistas agudizam a descontinuidade entre o mundo das crianças e o mundo adulto, implicando um tempo longo de preparação que, comparado ao das sociedades primitivas, é menos institucionalizado e com papéis menos definidos”. (ABRAMO, 1994, p.3).

As crianças do Gonzaga participam ativamente do trabalho doméstico, partilham dos conflitos familiares, presenciam e opinam sobre o tráfico, têm uma iniciação sexual precoce e gozam de certa “liberdade” verificada num sistema moral de atitudes em que o ir e vir sem dar satisfações aos pais as colocam diante de certos dilemas, tais como as brigas nas ruas e resolução de certos conflitos, pois qualquer entrevero era resolvido pelas próprias crianças sem a interferência dos adultos. Assim, no Gonzaga, diferente do que propuseram alguns autores, tal como Abramo (1994), a família não se reorganiza em torno da criança e ergue entre ela mesma e a sociedade o muro da sociedade privada, pois aqui o universo infantil é totalmente relacionado ao universo adulto e as crianças são rapidamente alçadas a esse mundo, afetando sua sociabilidade e seu universo lúdico, enfim, nas suas representações simbólicas e materiais que determinam essa condição infantil em seu contexto.

No Gonzaga as crianças passam a maior parte do tempo nas ruas, lugar em que conheciam as pessoas, que conheciam as regras que operavam ali, onde podiam se sentir “seguras”, diferente dessa forma, da dicotomia casa e rua enunciada por Da Matta (1997), para quem a rua é o lugar do perigo, do desconhecido, da insegurança.

Convém ressaltar mais uma vez que as crianças foram intermediárias durante a pesquisa de campo, pois através delas tive acesso aos jovens, que foram intermediários para meu contato com os adultos. Gradativamente fui conhecendo e me relacionando com os moradores do bairro, sempre por meio de intermediários, passando de sociabilidade a sociabilidade até chegar ao “chefe” do bairro. Percebemos assim a centralidade das crianças na pesquisa, pois através dela tive acesso a coisas e pessoas que jamais teria, caso me aproximasse do bairro por outra via, não a das crianças, como é o caso do “chefe”, por exemplo. Só tive contato com ele porque seu filho fazia parte do “grupo” de crianças que ficavam comigo, caso não tivesse contato com seu filho, certamente não teria contato com ele e jamais teria o conhecido. Essas crianças vivenciavam com naturalidade o tráfico de drogas que acontecia no bairro e em muitas vezes dentro de suas casas, não o vendo de maneira negativa, como crime, como “vida fácil”, mas como uma maneira que as famílias encontravam para dar uma vida melhor aos filhos, uma renda familiar maior, apesar de todos os riscos que enfrentavam.

Enfim, o Gonzaga visto a partir das crianças, do ponto de vista delas, proporcionou uma representação muito diferente daquela veiculada pela mídia, pelos jornais e pelo senso comum, mostrando um universo complexo e muito significativo,

em que as relações sociais, os laços de vizinhança, a cumplicidade, a amizade, a ajuda mútua são fatores centrais no bairro. Como já salientou Cohn (2005), crianças existem por toda a parte, e por isso podemos estudá-las comparando suas vivências, mas são diferentes em cada lugar, por isso devemos as compreender em seu contexto sociocultural. Isso não quer dizer que não possamos encontrar essas mesmas relações vistas no Gonzaga em outra periferia, por exemplo, pois precisamos pensar até que ponto podemos particularizar ou universalizar a condição de ser criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis - punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994, p 1-53.

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001.

ARIÈS, Phillippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan SA, 1978.

ÁVILA, Milene Peixoto. *Periferia é periferia em qualquer lugar? Antenor Garcia: Estudo de uma periferia interiorana*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, UFSCar, 2006.

BARBOSA, Antonio Rafael. *Um abraço para todos os amigos. Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: Ed. Da Universidade Federal Fluminense, 1998.

BATISTA, Juliana. *A periferia está on-line: sociabilidade juvenil na “web” e na “lan”*. Trabalho publicado em Anais de evento da VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, 2007.

BEGNAMI, Patrícia dos Santos & **TOLEDO**, Luiz Henrique. *A experiência da infância e da juventude no Jardim Gonzaga: práticas de lazer e sociabilidade num bairro periférico de São Carlos*. Trabalho publicado em Anais de evento da 6ª Jornada Científica da UFSCar, São Carlos, 2005.

BEGNAMI, Patrícia dos Santos. *A experiência da infância e da juventude no Jardim Gonzaga: práticas de lazer e sociabilidade num bairro periférico de São Carlos*. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, UFSCar, 2005.

_____ *Gerações em conflito: análise antropológica da sociabilidade num bairro de periferia*. Trabalho publicado em Anais de evento da VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, 2007.

_____ *Gerações em conflito: análise antropológica da sociabilidade num bairro de periferia*. Trabalho publicado em Anais de evento do 31º Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2007.

_____ *O pesquisador em campo – riscos e dificuldades*. Trabalho publicado em Anais de evento da Reunião Equatorial de Antropólogos e X Reunião de antropólogos norte-nordeste, Aracajú, 2007.

BIONDI, Karina. “*Tecendo as tramas do significado: as facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais*”. In GROSSI, HEILBORN, MACHADO (org) *Antropologia e Direitos Humanos 4*. Florianópolis: Nova Editora, 2006, p.303-350.

BONDUKI, Nabil & ROLNIK, Raquel. “*Periferia da grande São Paulo, reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*”. In MARICATO (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 117-154.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade dos Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed34/Edusp, 2000.

CARDOSO, Ruth. “*Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método*”. In RUTH CARDOSO, *A Aventura Antropológica*. Teoria e Pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 95-105.

CARVALHO, Ana M. Almeida & PONTES, Fernando A. R. *Brincadeira e Cultura*. Volume 1. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2000, p 15-30.

CARVALHO, Maria do Rosário & **NUNES**, Angela. *Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância*. Trabalho publicado em Anais de evento do 31º Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2007.

CASSEANO, Patrícia, **DOMENICH**, Mirella & **ROCHA**, Janaina. *Hip Hop. A periferia grita*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001

CLASTRES, Pierre. *Da tortura nas sociedades primitivas. A sociedade contra o Estado*. Petrópolis: Vozes, 1978.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____ *Crescendo como um Xicrin. Uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xicrin do Bacajá*. Revista de Antropologia. Vol.43, 2000. p.195-222.

CORRÊA, Mariza. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____ *O que faz o Brasil, Brasil?*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____ "A família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira". In *Pensando a família no Brasil – Da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, p. 115-136.

DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986.

DURHAN, Eunice. "A pesquisa antropológica com populações urbanas". In **RUTH CARDOSO**. *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p.17-37.

- DURKEIM**, Émile. *L'éducation morale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- _____ *Educação e Sociologia*. 11ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ELIAS**, Norbert & **SCOTSON**, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000
- FERNANDES**, Florestan. *Folclore e Mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- FONSECA**, Cláudia. *Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2000.
- FOUCAULT**, Michael. “*O corpo dos condenados*”, In VIGIAR E PUNIR. 14ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- FRÚGOLI**, Heitor. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. In Revista Antropológica, São Paulo: USP, 2005, vol. 48, n. 1, p. 133-165.
- GEERTZ**, Clifford. “*Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*”. In GEERTZ. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978a.
- _____ “*Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galos Balinesa*”. In GEERTZ. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978b.
- _____ “*O mundo num texto: como ler Tristes Trópicos*”. In: *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GOLDMAN**, Márcio. “*Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa*”. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 1995. vol.39, n. 1. p.83-109.
- GUASCO**, Pedro Paulo. *Num país chamado Periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, 2001.

GUEDES, Simoni & LIMA, Michelle. “*Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores*”. In BARROS (org). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 131-163.

HASSEN, Maria de Nazareth. “*Da visita íntima na prisão: a corporalidade negociada*”. In ONDINA LEAL (org), *Corpo e significado*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. *Conversa de portão: Juventude e Sociabilidade em um subúrbio carioca*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “*Introdução à obra de Marcel Mauss*” In: *Ensaio sobre a dádiva*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2001.

_____. *A família. Origem e Evolução*. Porto Alegre: Editora Villa Martha, 1980.

MAGNANI, J.G. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista brasileira de Ciências Sociais. (ANPOCS), vol. 17, n.º 49. pp. 11-29. 2002.

_____. *Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Unesp, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril, 1978.

MARTINS, José de Souza. “*A dialética do corpo no imaginário popular*”. In *Sexta-feira*, número 4, 1999.

MAUSS, Marcel. “*As técnicas do corpo*”. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2005, p. 401-422.

MEAD, Margaret. *Coming of age in Samoa; a psychological study of primitive youth for western civilization*. New York: A Mentor Book, 1963.

NEVES, Delma Pessanha. *Mendigo, o trabalhador que não deu certo*. In *Ciência hoje*. vol. 1, n. 4, 1983.

PEIRANO, M. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré. 2001.

_____. *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1995.

PARK, E. E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” [1915]. In OTÁVIO VELHO (org). *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. “O método comparativo em Antropologia Social”. In *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. *Crianças de CAVAL, crianças em perigo: “Os grandes” e seus dilemas numa instituição de proteção à infância*. Trabalho publicado em Anais de evento do 31º Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2007.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, Carlos & **VOGEL**, Arno. *Quando a rua vira casa – apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto Editores, 1985.

SANTOS, Matheus. *Projeto “Vivências em atividades diversificadas de lazer”: um olhar nos processos educativos*”. Monografia para conclusão do VII curso de Especialização em Lazer na UFMG, Belo Horizonte, 2005.

SARAIVA, Marina. *Os filhos da clausura: as expressões da cidade no imaginário de crianças moradoras de condomínios fechados*. Trabalho publicado em Anais de evento do 31º Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Imaginário e culturas da infância*". Cadernos de Educação. Pelotas, 2003, vol. 12, n. 21, p. 51-69.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____ "*Deixarás pai e mãe*": Notas sobre Lévi-Strauss e a família. Revista Antropológicas, vol 16 (1), p. 31-52, 2006.

SEEGER, Anthony, **DA MATTA**, Roberto & **VIVEIROS DE CASTRO**, Eduardo. *A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras*. In: Boletim do Museu Nacional, Antropologia, n. 32, 1979.

SILVA, Wagner Gonçalves. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Ed. USP, 2006.

SOUSA, Emilene. *A trilogia da infância camponesa: aprendizagem, ludicidade e trabalho*. Trabalho publicado em Anais de evento do 31º Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2007.

SIMMEL, Georg. *Sociabilidade*; um exemplo de sociologia pura ou formal. In: **MORAIS FILHO**, Evaristo (Org.) *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983a

_____ *A natureza sociológica do conflito/Conflito e estrutura do grupo*. In Georg Simmel Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983b.

TOREN, Christina. *Anthropology as the whole science of what is to be human*. In Fox & King (eds). *Anthropology Beyond culture*. Berg: Oxford, 2002.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela. Do mito de origem da favela.com*. São Paulo: FGV Editora, 2006.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VIEIRA, Danielli. "*O olhar do universo infantil sobre as violências: saberes, discursos e outras formas de expressão de crianças de um morro de Florianópolis/SC*".

In GROSSI, HEILBORN, MACHADO (org) *Antropologia e Direitos Humanos 4*. Florianópolis: Nova Editora, 2006, P. 351-414.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____ *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora Revan/UFRJ editora, 1994, p 13-218.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Carlos, Programa Habitar Brasil (BID) – Programa de urbanização integrado. Vol 3 – Trabalho e participação comunitária, maio de 2002.

Jornal Lance!, 08/04/2006, matéria de contra capa de Hermano Vianna.